

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU

CAROLINA GUEDES MACHADO

**ARQUITETURA E AUTOGESTÃO**  
**ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA USINA-CTAH NA PRODUÇÃO**  
**HABITACIONAL AUTOGERIDA**

São Luís  
2017

**CAROLINA GUEDES MACHADO**

**ARQUITETURA E AUTOGESTÃO**

ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA USINA-CTAH NA PRODUÇÃO HABITACIONAL  
AUTOGERIDA

Monografia apresentada junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marluce Wall de Carvalho Venancio.

São Luís

2017

**CAROLINA GUEDES MACHADO**

**ARQUITETURA E AUTOGESTÃO**

**ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA USINA-CTAH NA PRODUÇÃO HABITACIONAL  
AUTOGERIDA**

Monografia apresentada junto ao curso de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
Estadual do Maranhão, como requisito para  
obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e  
Urbanismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marluce Wall de  
Carvalho Venancio.

Aprovado \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marluce Wall de Carvalho Venancio  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Izabel Cristina Melo de Oliveira Nascimento  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Edelcy Araújo Ferreira  
Arquiteta e Urbanista

A beleza dessa luta é que a gente não cansa. E quando houver uma derrota, a gente reage com mais ânimo e convicção.

*(Carta ao neto Moisés. Seu Edvar – morador do Piquiá de Baixo)*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um encontro de mentes que creem em possibilidades mais humanas para se viver em sociedade. Agradeço a cada uma das pessoas que de alguma maneira contribuíram para a construção deste trabalho.

À professora Marluce Venancio, pela orientação neste trabalho, e por ter me acompanhado e conduzido em todo o período acadêmico.

À Usina, por terem me possibilitado viver a experiência incrível de acompanhar o trabalho feito por eles.

Aos mutirantes do Cinco de Dezembro por me receberem tão bem e me acolherem, mesmo com tão pouco tempo de convivência.

A todos os educadores que fizeram parte do meu processo acadêmico e, bem ou mal, todos contribuíram de alguma maneira para a formação de quem eu sou depois dos cinco anos de graduação.

Aos meus pais Telma e Arnor, por proporcionarem, sem medir esforços, tudo que estava ao alcance para que a graduação fosse exatamente a experiência que eu desejara ser. À minha irmã Mariana, pelo apoio incondicional. Ao meu irmão André, e sua esposa Tellassim, por nos presentear com as melhores coisinhas da vida, Alice e Cecília.

À minha família, por serem compreensivos nas minhas ausências e por serem quem são.

Aos meus amigos, sem os quais eu jamais seria capaz de enfrentar os árduos anos da graduação. Em especial, às 'Sar Minina', Alícia, Fernanda e Natália, por terem conseguido fazer da sala de aula mais leve, e por também acreditarem que a arquitetura deve servir a todos, entre pobres e ricos. À Alícia por me ajudar nas correções e pelas longas conversas sobre tudo, que contribuíram muito no trabalho. À Mayara, por me suportar nas crises existenciais, nos desesperos, na vida, por ser tão amorosa e companheira, e por ter me ajudado com os mapas. Ao Bros, amigo de longas conversas sobre a vida e sobre o futuro, e por se dispor a me ajudar no que eu precisasse na construção deste trabalho. À Maria, pelos planejamentos às melhores viagens da vida. À Ana Paula, por sempre me incentivar nas questões acadêmicas e

pelo companheirismo durante todos esses anos. À Denise, Breno, Maluf, LP, Andréa, Larissa, Marcos, Marina, Ricardo, Victor, Luana e todos os amigos que a arquitetura me presenteou, pelos diálogos, risadas, momentos únicos.

Aos meus amigos de sempre, Raissa, Andrea, Martinho, Guilherme, Larissa, Pedro, Péricles, e todos os outros, por conseguirem se manter na minha vida, mesmo eu sendo a pessoa mais desleixada do mundo.

A todos as pessoas que passaram por minha vida e que de alguma maneira, fizeram parte da construção das minhas crenças, ideologias e do ser humano que sou hoje.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central a autogestão como método de produção de ambientes projetados através de processos participativos com comunidades organizadas, fazendo uma análise de como ocorre a relação entre assessorias técnicas e comunidades organizadas, sejam elas movimentos sociais, associações de moradores, grupos organizados, com foco na produção habitacional de interesse social no Brasil. Um estudo sobre a atuação da assessoria técnica Usina-CTAH na produção de habitação de interesse social, através da análise de dois casos em que a Usina atua como assessoria técnica: o mutirão 5 de dezembro, para produção de um conjunto habitacional para 140 famílias da cidade de Suzano, município da região metropolitana de São Paulo, que vivem em más condições de habitabilidade e que se uniram para lutar pelo direito à moradia de qualidade, um projeto que está em fase de execução; e o reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo, bairro em Açailândia – uma entre várias comunidades maranhenses atingidas pela indústria siderúrgica implantada na região, consequência do Programa da Grande Carajás, programa da Vale (antiga Vale do Rio Doce) de aceleração do crescimento das indústrias mineradoras nos estados do Maranhão e Pará – que sofre as consequências de ter sido implantado às beiras das casas o polo siderúrgico da cidade, ocasionando a poluição do ar por fuligem (pó) de ferro, poluição sonora, poluição por gases e resultou em mortes de moradores do bairro, diminuição da qualidade de vida daquelas pessoas, violação de direitos à saúde, à vida. A execução do projeto do novo bairro para o reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo ainda não foi iniciada, mas todo o processo de concepção projetual coletiva foi assessorado pela Usina.

Palavras-chave: arquitetura, autogestão, Usina-CTAH, habitação.

## ABSTRACT

This research has as its central theme the self-management as a production method of environments designed through participatory processes with organized communities, analysing how it works the relationship between technical advisories and organized communities, whether social movements, residents association, organized groups, with focus on the housing production of social interest in Brazil. A study about the performance of the technical advisory Usina-CTAH in the production of housing of social interest through the analysis of two cases in which Usina acts as technical advisory: collective effort December 5 to produce a housing complex for 140 families of the city of Suzano, city of metropolitan region of São Paulo that live in poor conditions of habitability and pulled together to fight for the right of quality dwelling; and the resettlement of the community of Piquiá de Baixo, a neighborhood in Açailândia – one of several communities in Maranhão affected by the steel industry implanted in the region, consequence of the Program of Grande Carajás, program of Vale (formerly Vale do Rio Doce) to accelerate the growth of mining industries in the Maranhão and Pará states – which suffers consequences of having been implanted the steel pole of the city at the houses borders, causing the air pollution by iron soot (dust), noise pollution, gas pollution and resulted the deaths of residents of the neighborhood, decrease in the quality life of those people, violation of rights to health, life. The implementation of the new neighbourhood project for the resettlement of Piquiá de Baixo community was not started yet but the entire process of collective design was advised by Usina.

Key words: architecture, self-management, Usina-CTAH, housing.



## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 01 – Imagens de projetos que a Usina trabalhou como assessoria técnica...   | 56 |
| Figura 02 – Assembleia do mutirão 5 de Dezembro .....  | 58 |
| Figura 03 – Assembleia da comunidade do Piquiá de Baixo .....  | 58 |
| Figura 04 – Moradora do Piquiá de Baixo .....  | 61 |
| Figura 05 – Esquema de atividades desenvolvidas pela Usina e a comunidade do Piquiá de Baixo para concepção do novo bairro ..... | 65 |
| Figura 06 – Imagens usada de exemplo para o debate sobre como a comunidade gostaria que fosse o futuro bairro .....              | 66 |
| Figura 07 – Atividade: <i>Como é o bairro que desejamos? – Imagens e projetos referência</i> .....                               | 67 |
| Figura 08 – Atividade: <i>Como é o bairro que desejamos? – Construindo o espaço que queremos</i> .....                           | 68 |
| Figura 09 – Lista de equipamentos e serviços levantamentos para o projeto do reassentamento .....                                | 70 |
| Figura 10 – Relação do resultado acerca do acesso ao bairro .....  | 70 |
| Figura 11 – Esquema de possibilidades levantadas acerca dos lotes e moradias ...   | 71 |
| Figura 12 – Atividade: <i>Como é o bairro que desejamos? – Construindo o espaço que queremos 2</i> .....                         | 72 |
| Figura 13 – Resultado da primeira atividade desenvolvida com a comunidade do Piquiá de Baixo .....                               | 72 |
| Figura 14 – Exemplos de cartões-imagem usados na dinâmica .....  | 73 |
| Figura 15 – Atividade <i>Os espaços da moradia – Organizando a planta da casa</i> .....  | 75 |
| Figura 16 – Tipologias da casa. ....   | 76 |
| Figura 17 – Arranjos dos lotes.....  | 79 |
| Figura 18 – Discussão sobre a disposição dos lotes no terreno. ....  | 79 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 19 – Maquete física do projeto do novo bairro. ....                                 | 80  |
| Figura 20 – Implantação geral.....   | 83  |
| Figura 21 – Acessos ao novo bairro.....  | 84  |
| Figura 22 – Perspectiva do novo bairro.....  | 84  |
| Figura 23 – Cômodos da casa – Piquiá de Baixo.....   | 85  |
| Figura 24 – Unidade habitacional tipo 01.....  | 85  |
| Figura 25 – Unidade habitacional tipo 02.....  | 86  |
| Figura 26 – Unidade habitacional tipo 03.....  | 86  |
| Figura 27 – Relações sociais e usos nos espaços da moradia .....                           | 91  |
| Figura 28 – Cômodos da casa – Mutirão 5 de dezembro.....                                   | 92  |
| Figura 29 – Construção das unidades habitacionais.....                                     | 94  |
| Figura 30 – Equipamentos e serviços – Mutirão 5 de dezembro.....                           | 94  |
| Figura 31 – Apresentação das propostas finais de unidade habitacional.....                 | 95  |
| Figura 32 – Apresentação das maquetes dos dois conjuntos habitacionais em Suzano, SP ..... | 95  |
| Figura 33 – Tipologia 01 – Mutirão Cinco de Dezembro .....                                 | 96  |
| Figura 34 – Tipologia 02 – Mutirão Cinco de Dezembro .....                                 | 96  |
| Figura 35 – Tipologia 03 – Mutirão Cinco de Dezembro .....                                 | 97  |
| Figura 36 – Bloco triplo – Mutirão 5 de Dezembro .....                                     | 97  |
| Figura 37 – Bloco duplo espelhado – Mutirão 5 de Dezembro.....                             | 97  |
| Figura 38 – Implantação – Mutirão Cinco de Dezembro .....                                  | 98  |
| Figura 39 – Maquete eletrônica – Mutirão Cinco de Dezembro .....                           | 99  |
| Figuras 40 –Mística do início do dia .....   | 101 |
| Figuras 41 – Limpeza do terreno.....   | 101 |
| Figuras 42 – Mutirantes e assessoria ao final do trabalho .....                            | 102 |
| Figuras 43 – Trabalhadores contratados para a obra .....                                   | 103 |

|   |     |
|---|-----|
| Figuras 44 – Instalação das escadas metálicas ..... | 103 |
| Figuras 45 – Mutirantes no canteiro de obras .....  | 103 |
| Figura 46 – Mutirão de novembro de 2016 .....       | 105 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 01 – Ambientes das unidades habitacionais .....            | 74  |
| Tabela 02 – Informações legais de embasamento do projeto .....    | 81  |
| Tabela 03 – Relação de comentários positivos e negativos .....    | 91  |
| Tabela 05 – Relação do trabalho no mutirão Cinco de Dezembro..... | 104 |

## **LISTA DE MAPAS**

|   |    |
|---|----|
| Mapa 01 – Localização do bairro Piquiá de Baixo.....                | 59 |
| Mapa 02 – Localização do terreno para o novo bairro .....           | 82 |
| Mapa 03 – Terreno do novo bairro e bairro vizinho .....             | 82 |
| Mapa 04 – Localização do terreno do mutirão Cinco de dezembro ..... | 98 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 01: Esquema de classificação de participação ..... | 28 |
|--|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMOS – Central Pró-Moradia Suzanense

CGFNHIS – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

CMP – Central dos Movimentos Populares

ConCidades – Conselho das Cidades

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EMAU – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FIDH – Federação Internacional de Direitos Humanos

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNMP – Fundo Nacional de Moradia Popular

FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana

HIS – Habitação de Interesse Social

LAB-HAB – Laboratório de Habitação

MCidades – Ministério das Cidades

MCMV – Minha Casa Minha Viva

MCMV-Entidades – Minha Casa Minha Vida - Entidades

MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OGU – Orçamento Geral da União

ONG – Organização Não Governamental

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCS – Programa Crédito Solidário

PL – Projeto de Lei

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Viva

PT – Partido dos Trabalhadores

RG – Reunião Geral

SAB – Sociedade Amigos do Bairro

SIFEMA – Sindicato das Indústrias de ferro-gusa do Estado do Maranhão

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UBS – Unidade Básica de Saúde

UMM – União dos Movimentos de Moradia

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

Usina-CTAH – Usina – Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>19</b> |
| 1.1      | Justificativa.....  | 19        |
| 1.2      | Estrutura do trabalho.....  | 20        |
| 1.3      | Procedimentos metodológicos .....   | 22        |
| <b>2</b> | <b>O PROCESSO PARTICIPATIVO E A ARQUITETURA .....</b>                     | <b>25</b> |
| 2.1      | A necessidade de participação .....                                       | 25        |
| 2.2      | Níveis de participação .....  | 27        |
| 2.3      | Arquitetura e participação no século XX .....                             | 29        |
| 2.3.1    | Contexto europeu .....  | 30        |
| 2.3.2    | O século XX no Brasil.....  | 32        |
| 2.4      | Relação arquiteto e usuário: o projeto participativo .....                | 34        |
| <b>3</b> | <b>A PRÁTICA AUTOGESTIONÁRIA NA ARQUITETURA .....</b>                     | <b>39</b> |
| 3.1      | Origem da produção de habitação autogerida no Brasil .....                | 40        |
| 3.1.1    | Antes e durante o regime militar .....                                    | 41        |
| 3.1.2    | O período pós ditatorial .....  | 42        |
| 3.2      | Políticas públicas e programas de habitação e a autogestão no Brasil..... | 44        |
| 3.2.1    | O Programa Crédito Solidário (PCS).....                                   | 46        |
| 3.2.2    | O Minha Casa Minha Vida Entidades .....                                   | 47        |
| 3.3      | Autoconstrução: mutirões e assessorias técnicas.....                      | 49        |
| 3.3.1    | Os mutirões .....   | 49        |
| 3.3.2    | As assessorias técnicas .....   | 51        |
| <b>4</b> | <b>A USINA E PROJETOS AUTOGERIDOS.....</b>                                | <b>55</b> |
| 4.1      | A Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado .....              | 55        |
| 4.2      | Reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo .....                     | 59        |
| 4.2.1    | Localização e história do bairro .....                                    | 59        |



|          |   |            |
|----------|---|------------|
| 4.2.2    | Métodos participativos da concepção projetual ..... | 62         |
| 4.2.3    | Resultado: o projeto do novo bairro .....           | 81         |
| 4.3      | Mutirão 5 de Dezembro .....                         | 87         |
| 4.3.1    | Histórico da comunidade e histórico de luta .....   | 87         |
| 4.3.2    | O processo participativo .....                      | 88         |
| 4.3.3    | O canteiro de obras .....                           | 99         |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO</b> .....                              | <b>107</b> |
| 5.1      | O processo participativo na arquitetura.....        | 107        |
| 5.2      | A produção de habitação autogerida no Brasil.....   | 108        |
| 5.3      | A experiência da assessoria técnica Usina .....     | 109        |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b> .....                            | <b>113</b> |



# INTRODUÇÃO

# **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho teve por objetivo principal compreender a prática da autogestão na produção de habitação de interesse social a partir da atuação da assessoria técnica Usina-CTAH em dois projetos ainda em andamento, capazes de tornar claras algumas etapas do processo autogestionário. Através desta análise, evidencia-se a relação entre assessoria técnica e comunidade, a luta das comunidades pela garantia de seus direitos, os obstáculos enfrentados e as vitórias conquistadas ao longo de todo processo.

## **1.1 Justificativa**

A experiência de ter sido membro do Escritório Modelo Solar durante vários anos da graduação geraram questionamentos sobre a produção habitacional no país e como o modo de produzir a arquitetura pode ser acessível a todas as camadas da sociedade. E mais que isso, geraram questionamentos relacionados ao modo de produção da habitação, a qualidade das habitações financiadas pelo Estado para a população de baixa renda e como era o modo de morar dessas pessoas.

A prática autogestionária no Brasil está muito relacionada às lutas e conquistas dos movimentos populares organizados. Se considerarmos que a produção habitacional brasileira, em sua maioria, se dá através da autoconstrução, pode-se afirmar que a autogestão é praticada também na construção civil. Apesar disso, esta prática ocorre diferente da que é defendida pelos movimentos sociais.

A atual conjuntura política brasileira tem colocado em cheque a atuação dos movimentos populares de luta por moradia, principalmente por ações tomadas pelo novo governo consideradas um retrocesso nas conquistas dos movimentos, dentre tantas, principalmente as barreiras que vêm sendo impostas para aprovação, liberação de recursos financeiros de projetos desenvolvidos em regime de autogestão pelas entidades, o que torna o tema abordado um tema atual e pertinente.

Todos esses fatores justificam o estudo de casos em que a habitação vem sendo produzida “*na contramão*” do mercado imobiliário formal, o estudo da atuação de arquitetos e urbanistas que se preocupam com questões relacionadas ao direito à moradia, à qualidade da habitação, e a participação efetiva dos usuários finais na produção arquitetônica e na construção civil, como é o caso da assessoria técnica Usina-CTAH, que busca através de métodos de concepção projetual e de modo de gestão de obras diferente daquele empregado na maioria das vezes na construção civil, com a participação da comunidade em todas as etapas do processo construtivo, em regime autogestionário.

## **1.2 Estrutura do trabalho**

O capítulo 02 – *O processo participativo e a arquitetura* – fala sobre participação e a relação com a arquitetura. Parte-se da premissa que a participação é o princípio básico da autogestão. A autogestão é a prática em que o grupo toma decisões conjuntamente, sem que haja uma autoridade imposta que determine funções, determine regras sem consenso do grupo. Na arquitetura, a participação está diretamente relacionada à qualidade dos ambientes construídos, levando em conta a funcionalidade arquitetônica que busca, além da estética, atender às necessidades impostas à edificação. Se não há participação dos futuros usuários em todas as etapas do processo construtivo, raramente as necessidades de uso atribuídas a eles serão atendidas satisfatoriamente.

O capítulo 03 – *A prática autogestionária na arquitetura* – diz respeito à autogestão na produção arquitetônica. Na maioria dos estudos sobre autogestão na arquitetura, fala-se sobre a conquista desta prática por grupos segregados socialmente, principalmente porque a autogestão nas camadas mais privilegiadas é uma prática comum. Para aqueles que não têm acesso à moradia através do mercado imobiliário formal, e precisam de subsídios do Estado para conquistar a própria casa, resta aceitar aquilo que é produzido pelas empreiteiras, habitações de baixa qualidade construtiva, com pouca ou nenhuma infraestrutura e com oferta de serviços quase inexistente, tudo isso pelo custo da geração de lucro desmedida almejada por essas empresas. Neste

cenário surgem movimentos urbanos que reclamam seus direitos e exigem que o Estado seja capaz de proporcionar habitação de qualidade, inseridas no tecido urbano e que atendam às necessidades de moradia.

O capítulo 04 – *A Usina e os projeto autogeridos* – relata a experiência da Usina Assim, este trabalho buscou aprofundar-se no trabalho desenvolvido pela Usina-CTAH atuando como assessoria técnica de grupos organizados na luta pelo direito à moradia. Os projeto analisados têm em comum a opção pela autogestão, de suas trajetórias se distanciarem física e historicamente, e o entrelace entre eles é a assessoria técnica Usina, e a luta de ambos pelo direito à moradia digna, o direito à cidade, à vida e a persistência em nadar contra a corrente do sistema capitalista e do mercado imobiliário, dos modelos de produção impostos pela sociedade, de “sair da linha” em uma sociedade baseada em regras. Dessa forma, é mediante o estudo de dois projetos, quais sejam: Mutirão Cinco de Dezembro e Reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo, é que se procede o estudo do grupo Usina.

O primeiro, Mutirão Cinco de Dezembro se constitui como um grupo de 56 famílias de Suzano, uma das cidades-dormitório da região metropolitana de São Paulo – a mobilização iniciou com 144 famílias do município, mas que se dividiram devido à necessidade de serem construídos dois conjuntos diferentes: definindo-se os mutirões Cinco de Dezembro e Tânia Maria. A luta do grupo teve início no ano de 2009 e nesses sete anos, muitos episódios, de vitórias e de derrotas, compuseram a trajetória dessa comunidade. Como o nome indica, a obra do conjunto residencial para esse grupo é autogerida pelos futuros moradores através de coordenações, em coprodução com pequenas empreiteiras – contratadas para trabalhar de segunda à sexta-feira – e mutirão de trabalho com as famílias nos finais de semana.

O segundo caso trata-se da luta por sobrevivência. A comunidade do Piquiá de Baixo há décadas sofre as consequências de ter ganhado como vizinhança as empresas ligadas à atividade mineradora instalada na região. As pessoas do bairro respiram pó de ferro, gases tóxicos e são obrigados a suportar o barulho ensurdecador diário resultante das atividades desenvolvidas nas siderúrgicas instaladas nos arredores do bairro. A história de luta que se arrasta há anos, apresenta muitos obstáculos, e tem a Vale e o “progresso” que traz consigo o maior deles. A comunidade do Piquiá de

Baixo é apenas uma entre dezenas de comunidades que sofrem consequências graves devido à atividade mineradora progressista desenvolvida pela Vale e por empresas terceirizadas a partir do Programa de Grande Carajás, programa de aceleração de crescimento da indústria mineradora nos estados do Maranhão e Pará.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

Durante todo o processo de construção do trabalho, a fundamentação teórica acerca dos temas da participação e da autogestão relacionados à arquitetura foi fundamental, feita através da leitura de livros, artigos, dissertações de mestrados, teses de doutorados, da leitura de relatórios de trabalho da assessoria técnica – profissionais ou grupos multidisciplinares que estão ligados a grupos organizados em torno de questões relacionadas ao direito à moradia e que prestam serviço a comunidades que não têm acesso ao trabalho de arquitetos, comumente para produção de habitação – Usina-CTAH.

Para a análise de dois empreendimentos autogestionários em andamento, um em fase executiva e o outro em fase de aprovações em órgãos públicos, foi necessária imersão no trabalho da Usina, a vivência na prática do modo de trabalho que esse grupo faz. Inicialmente, para o entendimento do trabalho feito pela assessoria técnica foi necessário a leitura do livro publicado pela própria Usina como um relato de alguns projetos executados por eles, alguns textos sobre a visão de outros autores acerca do trabalho da Usina, vídeos, documentários, relatórios e entrevista com associados da Usina e outros pesquisadores que acompanham a Usina a anos.

Quanto ao reassentamento da comunidade do bairro do Piquiá de Baixo, que está localizado na zona industrial do município de Açailândia, no Maranhão, optou-se pelo estudo do caso principalmente pela oportunidade de acompanhar o processo autogestionário sendo praticado no estado do Maranhão. Para análise do projeto do novo bairro foi feito acompanhamento das reuniões do grupo responsável por este projeto na Usina. Apesar de não ter visitado a comunidade do Piquiá de Baixo, através do estudo minucioso do relatório elaborado pelos profissionais da Usina sobre o processo de concepção projetual foi possível compreender a metodologia adotada

pela assessoria técnica. Além do relatório, também foram utilizadas fotos, um documentário produzido na comunidade que relata a situação dos moradores e o histórico de lutas pelo reassentamento.

O último projeto estudado – o Mutirão Cinco de Dezembro – foi escolhido por ser um dos únicos empreendimentos que estão em fase executiva dentre os que a Usina atua como assessoria técnica, já que o caso em estudo que ocorre no Maranhão não permitiria a análise, tanto da autogestão na execução da obra, quanto de um mutirão autogerido, aspecto importantíssimo na análise da produção habitacional autogerida no Brasil. O mutirão Cinco de Dezembro, empreendimento em execução na cidade de Suzano, município da região metropolitana de São Paulo. Para melhor compreensão do processo, foi feita a leitura de artigos sobre o projeto em questão, dos relatórios de trabalho, tanto do processo participativo, quanto do relato do Trabalho Técnico Social (também assessorado pela Usina), o acompanhamento presencial de um dia de mutirão e de uma assembleia do grupo dos futuros moradores do conjunto. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas tanto com arquitetos da Usina que acompanham a obra em Suzano, quanto com uma pesquisadora tcheca que acompanha os mutirões do 5 de dezembro desde 2014, encontro que possibilitou também a concessão de fotografias de autoria de Lenka Kužvartová, pesquisadora pelo Instituto de História da Arte da Universidade de Carlos, em Praga.

Após a imersão, foi feita a sistematização dos dados levantados durante o período de um mês em São Paulo acompanhando o trabalho da Usina e entendendo a atuação junto aos movimentos sociais, às associações de moradores; e de seis meses de aprofundamento teórico. A partir dos dados sistematizados e da fundamentação teórica, foi possível a elaboração deste trabalho, que reflete um posicionamento político sobre a temática da habitação, reflete anseios de mudanças, reflete o pensamento crítico sobre a produção habitacional para a população pobre do país.





**O PROCESSO PARTICIPATIVO E A ARQUITETURA**



## **2 O PROCESSO PARTICIPATIVO E A ARQUITETURA**

A participação de todos os agentes envolvidos em um processo de construção de ambientes habitados tem fundamental importância para a democratização dos espaços construídos, ao conhecimento e conscientização da população mais pobre na busca e na compreensão dos direitos que lhe cabem e na politização das camadas mais pobres da população. Para a arquitetura, significa não só um enriquecimento projetual, no sentido de agregar as necessidades dos usuários ao projeto final, mas, primordialmente, representa o papel social da arquitetura na construção das cidades.

### **2.1 A necessidade de participação**

A participação surge da necessidade intrínseca ao ser humano de viver em grupo. Como nenhum homem é uma ilha desde suas origens o homem vive agrupado com seus iguais, deste modo a participação sempre tem acompanhado – com altos e baixos – as formas históricas que a vida social foi tomando. (BORDENAVE, 2007).

A partir desses fatores sustenta-se a afirmação de que a participação, em vários âmbitos, é essencial a vida social humana e, apesar de se pressupor que haja democracia na participação, “ela pode se implantar tanto com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns.” (BORDENAVE, 2007). Nesse sentido, a participação pode ser definida como a “redistribuição de poder que permite aos cidadãos que não o têm, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro”. (ARNSTEIN, 2002)

A necessidade de participar de decisões que permeiam a vida em sociedade resultou em diversos acontecimentos que representaram um marco nas mudanças políticas e sociais e na afirmativa de que a organização social, e a conseqüente participação da comunidade civil nas decisões políticas sempre representaram um ganho nas mudanças sociais ao longo da história. A busca pela participação está diretamente ligada à democratização das decisões políticas, à descentralização de poder. Apesar

da tentativa de participação em decisões políticas ser almejada pela sociedade civil, o distanciamento entre a necessidade, o desejo, e a realidade é explicitado por Venâncio (2011):

No nosso sistema democrático-representativo essa participação não é possível de forma plena, pois apenas eleger representantes que tomam as decisões não é equivalente a participar das decisões importantes. Entretanto, em alguns espaços, pode ocorrer em algum nível, como, por exemplo, com orçamento participativo, ou na elaboração do plano diretor de uma cidade. Por outro lado, acaba atuando apenas em parte do problema, pois não chega a interferir de fato com a elaboração das políticas públicas. (VENANCIO, 2011.)

A participação da sociedade em determinados níveis de decisões políticas tornou-se de certo modo uma alusão distante à participação que de fato a população gostaria de exercer. Na prática as instâncias de participação da população são tão ínfimas que não têm uma representação significativa nas políticas públicas de um modo geral.

O século XX no Brasil ficou marcado como um momento histórico que representa o auge da participação popular, em várias causas, incluindo a questão da habitação. Apesar de representar um marco no surgimento de movimentos sociais, em uma luta pautada na “possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade” (MIRANDA, CASTILHO e CARDOSO, 2009), e o início dos anos 60 terem sido marcados por um aumento significativo da participação popular nas decisões políticas, o golpe de 1964 representou a interrupção do processo participativo, do aumento e da força dos movimentos sociais urbanos, que vinham sendo crescentes no país.

Desde a década de 40, surgem movimentos sociais urbanos, que vão assumindo ao longo do tempo, diferentes perspectivas e objetivos de reivindicação.

No período de democratização do pós-guerra (1945/1947) os órgãos de massa do recém-legalizado Partido Comunista do Brasil – Comitês Democráticos Progressistas – exerceram um importante papel de aglutinação dos setores populares nas áreas carentes da cidade. Esta breve fase corresponde à formação de uma consciência do direito aos equipamentos urbanos (água, luz, transportes, pavimentação, escolas, etc.) entre a parcela mais atuante desses moradores. (BONDUKI, 1992)

Ainda sobre a organização das pessoas em torno das questões sociais na década de quarenta, Bonduki (1992) fala que embora este primeiro impulso organizativo tenha sido desbaratado, quando da cassação do PCB em 1947, o embrião desta consciência foi sendo retomado, dentro de uma perspectiva mais conservadora, pelas Sociedades

Amigos de Bairro – SABs, no final da década de 40. O autor ainda assinala sobre como as reivindicações da população naquele momento apresentavam uma abordagem bem mais urbana e generalista, em que a casa ainda não fazia parte das demandas populares de uma maneira tão específica.

Em 1964 esses movimentos que vinham se fortalecendo no cenário urbano nacional são enfraquecidos e oprimidos pelo Estado autoritário que se instala no país, o que resulta em mudança de rumos da organização social e a organização dos bairros, impulsionada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), torna-se o principal canal de aglutinação da classe trabalhadora (BONDUKI, 1992).

No início dos anos 70 os movimentos populares que surgem impulsionados pelas CEBs direcionam suas lutas para melhorias nas condições de vida dos mais pobres, e, a partir desse período, que ocorre uma mobilização popular em torno das discussões políticas, econômicas, urbanas, etc. Por essa mobilização surgem movimentos populares que reivindicam creches, habitação, transportes, postos de saúde e melhoria em favelas, e ainda o congelamento de preços e correção dos salários. (MIRANDA; CASTILHO; CARDOSO, 2009).

A participação passa a ser uma realidade palpável para a sociedade brasileira novamente após o fim do período ditatorial, com a redemocratização do poder e a partir daí a sociedade organizada começa a ver a perspectiva de transformações nas políticas pública. Nasce a esperança de que se torne possível a efetiva participação dos usuários na produção da moradia, na tomada de decisões em temas relacionados à cidade, à qualidade de vida da população.

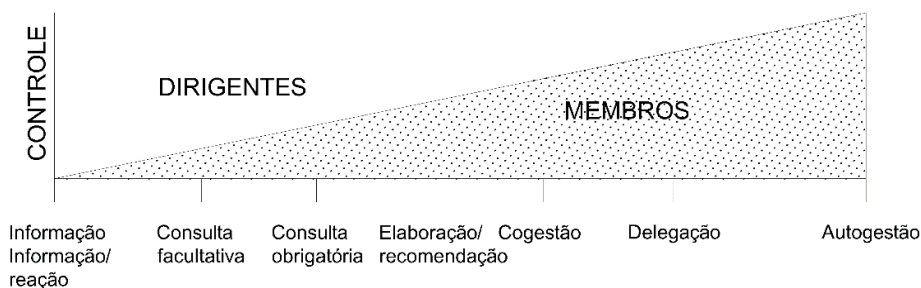
## **2.2 Níveis de participação**

A participação pode dar-se de várias maneiras, variando de acordo com o grau de interesse e de permissividade dos envolvidos, permissividade no sentido de a classe dominante dar espaço, voz e poder de decisão para os dominados – levando em consideração que essa relação dominado/dominante possa se dissolver no grau

máximo de participação, onde todos têm poder decisório. Bordenave (2007) classifica a participação em níveis tais quais:

- a) *Participação de fato* é a participação definida na base da vida social, a partir das relações familiares, nas atividades de subsistência, no culto religioso;
- b) *Participação espontânea* é definida a partir de grupos fluidos, sem organização estável ou propósitos claros e definidos, que são os grupos de amizade, grupos de vizinhança;
- c) *Participação imposta* é quando o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupo e realizar certas atividades consideradas indispensáveis. Um exemplo de participação imposta é a obrigatoriedade de participar nas eleições no Brasil;
- d) Na *Participação voluntária*, o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho. Os sindicatos livres, as associações profissionais, as cooperativas, os partidos políticos baseiam-se na participação voluntária. Nesta categoria inclui-se ainda o participar de um negócio, como sócio capitalista ou gerente;
- e) *Participação provocada* quando a voluntária não surge como iniciativa dos membros do grupo. Às vezes trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos;
- f) Por último, a *Participação concedida*, onde a mesma viria a ser a parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmo e seus superiores;

No que diz respeito ao acesso ao poder de decisão, Bordenave (2007) classifica a participação em graus, de acordo com o esquema abaixo:



**Gráfico 01:** Esquema de classificação de participação. Fonte: BORDENAVE,

- a) **INFORMAÇÃO:** Os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas;
- b) **CONSULTA FACULTATIVA:** A administração pode, se quiser e quando quiser, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema.
- c) **CONSULTA OBRIGATÓRIA:** Quando a consulta é obrigatória os subordinados devem ser consultados em certas ocasiões, embora a decisão final pertença ainda aos diretores;
- d) **ELABORAÇÃO/RECOMENDAÇÃO:** Na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar sua posição;
- e) **CO-GESTÃO:** Na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade. Aqui, os administradores exercem uma influência direta na eleição do plano de ação e na tomada de decisões;
- f) **DELEGAÇÃO:** É um grau de participação onde os administradores têm autonomia *em certos campos ou jurisdições* antes reservados aos administradores. A administração define certos limites dentro dos quais os administradores tem poder de decisão;
- g) **AUTOGESTÃO:** Na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a autoadministração.

### **2.3 Arquitetura e participação no século XX**

O movimento Moderno que conhecemos, um movimento artístico-arquitetônico que buscava, através da robustez de formas retilíneas e da clareza de paredes brancas, representar a casa como uma máquina de morar, tendo como representantes Gropius, Van der Rohe, Le Corbusier, dentre tantos outros arquitetos, iniciou-se de maneira bem menos racionalista e formal do que como o movimento acaba sendo visto.

### 2.3.1 Contexto europeu

Ainda no início do século XX, quando a Europa vivia o terror do pós-primeira guerra, as cidades todas destruídas, a população vivendo em condições precárias, arquitetos enxergaram na necessidade da classe operária uma “clientela em potencial, não enquanto indivíduos, mas enquanto grupo social ocupando um lugar preciso na sociedade” (KOPP, 1990).

Nesse contexto, começam a surgir correntes de pensamento entre arquitetos por toda Europa relacionadas a melhoria da qualidade de vida dessa classe operária. Os arquitetos vanguardistas do período, que seguiram essa linha de pensamento, de acordo com Kopp (1990), não tinham por objetivo a realização de uma obra-prima pessoal, mas a edificação em grande escala de tudo aquilo que os habitantes da cidade de pedra sempre estiveram privados.

Para eles, a função da arquitetura não se limitava à satisfação das necessidades biológicas primárias; eles consideravam sua função exatamente como a de parceiros de uma sociedade nova na qual Le Corbusier chamava das “Alegrias Essenciais” não seria mais um privilégio, mas sim um direito. (KOPP, 1990)

Acerca do que pontua o autor, a arquitetura discutida e defendida por aqueles que criticavam o modo de produção da casa moderna ia além da habitação como máquina de morar. Para além da casa apenas como abrigo, a casa era definida como um direito de todo e qualquer cidadão, e não somente para habitar, mas também para cumprir as necessidades espaciais, enquanto ambiente de convívio da família.

O período entre guerras é marcado por uma mobilização social conjunta de operários, soldados e marinheiros na apresentação de um programa de habitação, que resultaria na prática na socialização da indústria da construção, na municipalização do solo e no “direito à habitação” para todos (KOPP, 1990). O papel exercido pelos arquitetos modernistas nesse período é o de transformação do pensamento relacionado a prática arquitetônica, na tentativa de democratizar a arquitetura, fazendo com que as camadas mais pobres da sociedade tivessem acesso ao trabalho do arquiteto, através da substituição dos cortiços operários por habitações de qualidade, cobrindo o déficit de moradia resultante da destruição das cidades durante a guerra. Democratizar o

desenho de arquitetura, no sentido de torná-lo mais acessível, utilizando-se das novas tecnologias para baratear os custos da produção na construção civil.

Apesar da preocupação com a qualidade de vida das classes excluídas, de melhores condições de habitabilidade, a preocupação dos arquitetos modernos por muito tempo permeou a linha de pensamento voltada para a estética e a qualidade da edificação, o que acabou dividindo o movimento: de um lado aqueles que demonstravam maior preocupação com o desenho e a forma, com quais materiais seriam utilizados, em como transformar a casa em uma máquina utilitária; do outro, o grupo de arquitetos mais preocupados com a reflexão acerca da habitação, a função social da casa e suas implicações.

Na Itália, nas décadas de 60 e 70, Giancarlo de Carlo inclui, além do pensamento social, a participação de comunidades no desenvolvimento do projeto arquitetônico. Giancarlo de Carlo era membro do Team 10, grupo de arquitetos os quais desenvolveram uma reflexão conjunta acerca dos problemas da arquitetura moderna (BARONE; DOBRY, 2002).

Uma das propostas centrais defendidas pelo grupo era a ampliação do entendimento das relações entre arquitetura e urbanismo, por meio da interação do habitante com o lugar. Para eles, morar era mais que possuir uma casa, era pertencer a um lugar, apropriar-se do lugar como parte da cidade. Aprender o lugar e pertencer era entendido como uma necessidade básica emocional (BARONE; DOBRY, 2004).

Giancarlo assume o papel de crítico ao movimento moderno, questionando a prática dos arquitetos, que passam décadas discutindo a habitação social, o neoplasticismo – baseados na geometrização das formas e na racionalização dos elementos plásticos até sua representação total em termos de planos, linhas e cores – e vê, em uma obra de autoria própria, a necessidade de tornar os usuários finais agentes do processo de concepção do projeto arquitetônico. Com isso, percebe-se de certa forma sua vontade de repensar o papel do arquiteto em um sentido cívico; vontade de dar outra conotação política à arquitetura, alternativa àquela artística ou científica – projetar com os habitantes e não para eles. (SAVINO, 2015)

### 2.3.2 O século XX no Brasil

Paralelamente, o movimento Moderno no Brasil também tem os responsáveis por questionarem a prática arquitetônica, tanto no que diz respeito ao desenho de arquitetura, a qualidade e a estética das construções empregadas na época, quanto ao questionamento do papel social e transformador da arquitetura na sociedade brasileira do século XX. O movimento da Arquitetura Nova, denominação dada pelos próprios arquitetos urbanistas que reviram o papel da habitação no país, tem como fundamento o caráter de luta dessa questão levando sempre em conta a moradia como direito de todo cidadão e a necessidade de participação de todos os agentes no processo de concepção desse novo modo de habitar, que teve como pano de fundo a cidade de São Paulo os componentes deste grupo, os arquitetos como Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império buscam respostas às questões como a falta – e a má qualidade – da habitação da maior parte da população brasileira, através da democratização do canteiro de obras, utilizando de metodologias de mutirões autogeridos, na tentativa de transformar o canteiro num momento de aprendizado, pesquisa e criação que envolva todos os produtores, do arquiteto ao servente (ARANTES, 2002).

O período denominado de Arquitetura Nova é marcado pela busca por soluções arquitetônicas capazes de resolver a problemática do déficit habitacional no país. Essa experimentação “novista” é que nos permite dizer que, dentro das circunstâncias históricas, os três arquitetos procuram *mudar o sentido* da arquitetura moderna brasileira, ao menos no que diz respeito à habitação. (ARANTES, 2002).

A partir das críticas levantadas por Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império acerca da atuação profissional dos arquitetos no mercado, no que diz respeito a preocupação e exclusividade de produção para as classes sociais mais favorecidas, são experimentadas novas tecnologias que vinham sendo desenvolvidas no campo da construção na Europa, ideias e práticas defendidas pelos modernistas na época, que dizia respeito à industrialização da construção civil, através da pré-fabricação de elementos presentes nas edificações. Duas experiências marcam a trajetória dos arquitetos nessa busca pela democratização da construção, a Casa Boris Fausto em São Paulo e a Casa Bernardo Issler em Cotia.



É importante destacar que ambas são fiéis aos princípios da casa paulistana estabelecidos por Artigas: uma grande cobertura abrigando o programa de usos organizado com certa autonomia e liberdade de invenção. Entretanto, o grupo não pretende reproduzir a casa paulistana enquanto experiência burguesa, mas irá procurar democratizá-la por duas vias: inicialmente apostando na convergência entre arquitetura moderna e industrialização da construção e, depois, invertendo completamente o sentido, buscando a partir da reinterpretação das técnicas populares chegar a um resultado arquitetônico igualmente satisfatório. (ARANTES, 2002)

Apesar das tentativas, as primeiras experiências da Arquitetura Nova não se fizeram satisfatórias já que os arquitetos não conseguiram romper exatamente com o que mais os inspirava a buscar novas formas de produzir a arquitetura, que era a supervalorização do trabalho do arquiteto, a arquitetura assinada, todos os fetiches que envolvem a profissão e que os frustravam em relação ao papel do arquiteto acabou se tornando um lamento e uma crítica o fato dessas tentativas não terem sido suficientes para romper com as barreiras importadas pela prática arquitetônica, feita por eles mesmos ao trabalho que faziam.

A Arquitetura Nova, entretanto, mais ensaiou e abriu perspectivas do que de fato as realizou. Certamente o momento histórico não o permitia, assim como a reprodução das barreiras de classe: da mesma forma que o povo era encenado por atores de classe média para um público universitário, a Arquitetura Nova ainda era de casas burguesas e para intelectuais. (ARANTES, 2002)

A Arquitetura Nova se tornou uma referência ao modo de produção da habitação popular, sem que essa transformação fosse levada para o povo. O que significa dizer que os arquitetos que fizeram parte desse período discutiram, analisaram, e puseram em prática um modo de produção que levava em consideração não o que vinha sendo apresentada ao mundo – período em que a construção civil passava por transformações, em que a tentativa era de modernização dos modos de construção, industrialização da construção civil –, ao contrário disso, eles procuraram provar que as técnicas tradicionais, as técnicas já empregadas na construção civil podiam ser remodeladas de modo que facilitasse o processo construtivo, mas que fosse capaz de ser executado no Brasil, que vivia um momento da indústria ainda muito distante da que a Europa vivia no século XX. Somente depois dessas experiências com estudos em busca de novas formas de produzir a casa é que surge uma alternativa ao que o Estado vinha produzindo em termos de habitação social:

Apenas na década de 80, serão realizadas as primeiras alternativas populares ao BNH: os mutirões autogeridos, de iniciativa dos movimentos sociais urbanos. Nelas se engajarão arquitetos sem vínculos com o Estado ou empreiteiras, e que terão liberdade para inventar junto com o povo uma nova solução para a habitação popular. (ARANTES, 2002).

João Marcos cita em entrevista concedida à autora como essas questões estavam em voga na década de 80 e que, mesmo sem aparecer com tanto protagonismo, os ideias dos três arquitetos, principalmente de Sérgio Ferro, em *O canteiro e o desenho*, acabaram por representar toda uma geração de arquitetos e estudantes que se interessaram e buscaram alternativas viáveis e soluções possíveis para a produção habitacional, indo de encontro ao que vinha sendo produzido arquitetonicamente no Brasil, onde o brutalismo de Paulo Mendes da Rocha e de Vilanova Artigas defendia uma industrialização da construção civil.

“E isso tem um significado no processo de produção e no desenvolvimento da indústria, a forma como eles entendiam a questão da construção civil, com aço, isso tinha um reflexo, eles estavam pensando nisso para arquitetura, nessa arquitetura generosa, grandiosa, bonita e isso tem um sentido outro, funciona de um outro jeito, completamente deslocado do contexto em que a maior parte da população vivia.” (João Marcos de Almeida Lopes, 2016. Em entrevista à autora)

Toda essa discussão acerca do fazer arquitetônico culminou nas duas vertentes de arquitetos no Brasil deste período. De um lado, aqueles que defendiam a estética, as diretrizes da casa paulistana defendida por Artigas (ARANTES, 2002), o movimento modernista importado da Europa; e de outro lado, aqueles que defendiam a democratização da habitação, o acesso facilitado, o emprego de técnicas já conhecidas pelos trabalhadores que produziam a arquitetura no Brasil. É nesse cenário que acontecem as primeiras experiências de arquitetura autogerida no Brasil.

## **2.4 Relação arquiteto e usuário: o projeto participativo**

O processo participativo corresponde a participação do usuário final nas decisões a serem tomadas na elaboração do projeto, a partir de metodologias que consigam envolver o comunidade e técnicos, fazendo com que os saberes – técnico e popular –

consigam se mesclar em um resultado satisfatório em que prevaleça a qualidade arquitetônica e que atenda as reais necessidades dos futuros usuários.

Arquitetos e urbanistas travam uma discussão constante em torno de como deve ocorrer a participação nas decisões projetuais, quais as metodologias devem ser adotadas, como aplicá-las, etc. No entanto, quando se trata, por exemplo de projetos habitacionais de caráter unifamiliar, ou de estabelecimento comercial, é comum a participação efetiva de todos os usuários em praticamente todas as etapas do processo. Quando se eleva isso a um patamar maior, o caso de projetos urbanos, de habitação multifamiliar de interesse social, surgem questões do tipo: como gerenciar a participação coletiva no processo de projeto tendo um universo de participantes extremamente diferenciado; não apenas em relação à faixa etária como também quanto ao nível de escolaridade, interesses pessoais e atividades desenvolvidas? (LANA, 2007).

O conhecimento do arquiteto é um instrumento de poder que tanto pode ser usado como um atributo negativo, no sentido da pseudo-participação, quanto poder ser usado como um poderoso instrumento em benefício do usuário, ajudando as pessoas a entenderem seus espaços vividos, interpretarem suas demandas e produzirem espaços conforme tais demandas, em vez de impor formas de viver. (MOM, acesso em 13 de outubro de 2016)

Uma questão abordada por Kroll (apud. SOUZA, 2007) foi a busca de uma linguagem comum entre arquitetos e não arquitetos, uma dificuldade frequente nesse tipo de metodologia de projeto. É através dessa busca que o processo participativo, na medida em que metodologias de trabalho possibilitem a diminuição do poder dos técnicos nas decisões projetuais e uma certa equidade de participação entre técnicos e comunidade no processo, torna-se mais democrático e perde o caráter de pseudo-participação.

De acordo com Bastos (2007) além da estrutura técnica e econômica, a participação também pressupõe um engajamento político, um termo frequentemente negado pelos arquitetos no seu trabalho. A política tratada aqui diz respeito ao modo como a arquitetura, em termos funcionais e estéticos, devem ser politizados, de modo que o saber técnico dos arquitetos seja usado a favor da participação dos usuários no desenvolvimento do projeto e não como uma barreira técnica, que torna o saber arquitetônico inalcançável ao usuário.

Um outro ponto que deve se ter consciência é da maneira como lidar com as divergências entre demanda e o que é projetado.

Vários obstáculos estruturais se opõem a uma participação efetiva. O primeiro deles é a divergência entre os interesses do chamado “cliente” (financiador do empreendimento, seja ele público ou privado) e a real necessidade dos usuários. [...] Esse problema é especialmente evidente na produção habitacional por gestão pública. Nela assistimos à reprodução de modelos padronizados que pouco ou nada se relacionam com o grupo e com o local aos quais de destinam. No caso da habitação social produzida por processo autogestionário, o problema poderia ser amenizado por gerar condições favoráveis à participação. (BASTOS, 2007).

A participação efetiva significa não projetar *para* os clientes, e sim projetar *com* os usuários. (BASTOS, 2007) Um dos principais motivos pelo qual o usuário deixou de ser usuário e passou a ser cliente no processo de concepção projetual está relacionado a forma como a moradia deixa de ser vista como direito de todo e qualquer cidadão, e torna-se uma mercadoria, com valor de troca, valor de mercado. A partir daí a participação do usuário de torna-se facultativa desde o momento em que essa moradia deixa de ser produzida individualmente e passa a ser uma demanda do Estado na tentativa de suprir o déficit habitacional no país. A produção habitacional demandada pelo Estado passa a ser uma garantia para o mercado imobiliário produzir e gerar lucros, afastando cada vez mais o usuário das tomadas de decisão.

O trabalho do arquiteto nessa etapa consiste em expandir a seqüência de hipóteses, ampliando a imagem além de fronteiras impostas; mostrar o que poderia ser alcançado, em vez de obedecer a uma ordem predefinida; permitir o confronto do objetivo com as reais possibilidades. No caso específico do trabalho com as populações de baixa renda, o arquiteto deve primeiro restabelecer os termos da sua liberdade e, na seqüência, mostrar a brutalidade do modelo autoritário. Para isso, deve-se utilizar uma comparação deste último com modelos que os moradores deveriam ter o direito de obter se os recursos econômicos, científicos e tecnológicos viáveis hoje fossem realmente utilizados para satisfazer suas necessidades. Feito isso, sucessivas hipóteses devem começar a envolver o usuário diretamente como protagonista numa ação progressiva de seleção e definição. (BASTOS, 2007)

Para Bastos (2007), o projeto arquitetônico participativo pode aperfeiçoar a atividade do arquiteto, a compreensão do espaço pelo usuário e o produto da arquitetura. Pontua alguns benefícios da participação no processo de concepção de um projeto de arquitetura, tais quais:

- a) Estabelecer uma comunicação necessária a uma melhor elaboração do projeto (mais condizente com a cultura dos usuários);

- b) Fornecer aos arquitetos e demais projetistas uma ferramenta que funciona com as bases científicas da experimentação e análise de resultados, a partir da qual se pode refazer continuamente as estratégias da atividade projetual;
- c) Criar possibilidades de os arquitetos conhecerem diversas circunstâncias de projeto, desmistificando os parâmetros genéricos adotados com o Movimento Moderno;
- d) Fornecer dados que permitem tornar os espaços mais instigantes e flexíveis para os usuários, contribuindo para uma arquitetura mais pertinente, que não se baseia em expectativas congeladas de uso, mas é adaptável à criatividade e às necessidades dos usuários;
- e) Gerar o questionamento de ambos os agentes (arquitetos e usuários) a respeito de seus papéis na concepção, na construção e no uso dos espaços, bem como a respeito das formas autoritárias de projeto, tentando superá-las;
- f) Gerar o questionamento das formas mais comuns de produção do espaço, nas quais as decisões de onde e como as atividades humanas devem acontecer estão concentradas nas esferas econômica, política e tecnológica, sem considerar os demais parâmetros necessários à formação de espaços dignos.





## A PRÁTICA AUTOGESTIONÁRIA NA ARQUITETURA

### **3 A PRÁTICA AUTOGESTIONÁRIA NA ARQUITETURA**

Para Bordenave (2007) a autogestão é o grau de participação no qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a autoadministração. Para que se alcance este grau de participação, seja na economia, na política, na arquitetura, é necessário que haja uma organização social sólida capaz de transformar o modo de organização e administração de determinado processo.

Historicamente os programas de habitação oferecidos pelo governo, em sua maioria, não atendem ou não atenderam as necessidades da população pobre de um modo geral, desde a qualidade das habitações, do tamanho, da localização dos conjuntos oferecidos pelos governos até a forma de seleção das pessoas a serem contempladas. Apesar de o senso comum entender que programas sociais voltados para habitação se tratam de uma política assistencialista para pobres, a contrapartida é que essas pessoas não ganham casas, elas pagam por elas em financiamentos que duram uma vida e apesar de serem financiamentos com parcelas menores que a do mercado imobiliário, é injusto a moradia dessas pessoas seja de baixíssima qualidade e muitas vezes distante dos centros das cidades.

A questão da habitação no Brasil está muito relacionada à impossibilidade de acesso das grandes massas através do mercado imobiliário, como defende Oliveira (2004) que mercado imobiliário no Brasil só existe da classe média para cima. Nas classes populares não existe. É impossível existir, porque você está de posse exatamente daquilo que não é mercadoria. Significa dizer que para as classes de baixa renda a casa não possui valor de troca, já que o valor atribuído a ela segundo Oliveira (2004) é basicamente força de trabalho do próprio futuro e feliz proprietário – levando em consideração o modo de produção habitacional dessas classes, em sua maioria a autoconstrução sem assessoria técnica.

Nesse cenário, a prática da autogestão na arquitetura passa a ser uma demanda dos movimentos sociais de luta por moradia como forma de garantia da qualidade das habitações, tanto no que se trata da qualidade arquitetônica, quanto do espaço urbano

a ser habitado, em contraposição às moradias oferecidas pelo governo produzidas por grandes empreiteiras que sistematicamente repelem a população mais pobre para longe dos centros urbanos, em localidades muitas vezes com muito pouca ou nenhuma estrutura urbana, como transporte público, hospitais e postos de saúde, escolas, sem mencionar a escassez de comércios, lazer e outros serviços. Toda forma de construção, onde o morador administra e empreende a obra é considerada construção autogestionária. (LANA, 2007) Tanto aquela em que ele é a própria mão-de-obra, quando aquela que há empreiteiras, ou trabalhadores contratados. A autogestão está na gestão dos recursos e da tomada de decisões que cabe também ao usuário, e não somente na construção de fato.

### **3.1 Origem da produção de habitação autogerida no Brasil**

A produção habitacional no Brasil sempre aconteceu, em grande parte através de processos alternativos à produção imobiliária das grandes construtoras, a partir da iniciativa popular, muitas vezes através de mutirões organizados entre vizinhos, amigos e familiares, sem acompanhamento técnico, sem projetos elaborados por um profissional, sempre na base da “camaradagem”. Essa é a cara das cidades brasileiras desde que se iniciou o processo de industrialização e conseqüentemente o crescimento da população urbana no país. (OLIVEIRA, 2004)

O fato das cidades terem sido produzidas dessa maneira resultou em índices catastróficos de qualidade habitacional, na segregação sócio espacial da população mais pobre, um cenário que se repete tanto nas grandes cidades – nessas em proporções gigantescas – quanto nas pequenas cidades brasileiras.

A luta pelo direito à cidade - e pelo direito à moradia, um de seus componentes centrais – emergiu como contraposição a um modelo de urbanização excludente e espoliativo, que ao longo de décadas de urbanização acelerada, absorveu em poucas e grandes cidades – sem jamais integrá-los – grandes contingentes de pobres migrantes de zonas rurais e pequenas cidades do país. (ROLNIK, 2013)

O século XX no Brasil é marcado pela organização da sociedade em torno de questões sociais, como o direito à cidade, direito à moradia, as quais o Estado não demonstrava interesse. É o início da transformação da sociedade brasileira rural em



uma sociedade urbana, transformação que se consolida até o final do século. Essa urbanização é um reflexo do que já acontecia na Europa desde o século XVIII, com a Revolução Industrial. Não só a urbanidade é refletida, mas as organizações sociais, consequência óbvia da urbanização, da industrialização dos meios de produção, que estavam em erupção por todo Velho Continente.

### **3.1.1 Antes e durante o regime militar**

Desde os anos 40 surgem movimentos sociais urbanos, que vão assumindo ao longo do tempo, diferentes perspectivas e objetos de reivindicação. (BONDUKI, 1992) Nesse período os movimentos se articulavam em torno de temas mais relacionados ao direito a equipamentos urbanos e infraestrutura, mas ainda por uma pequena parcela da sociedade.

Embora este período impulso organizativo tenha sido desbaratado, quando da cassação do PCB em 1947, o embrião desta consciência foi sendo retomado, dentro de uma perspectiva mais conservadora, pelas Sociedades Amigos do Bairro – SABs, no final da década de 40. As SABs estabeleceram uma relação clientelista com os políticos populistas, criando uma tradição de lutas atomizadas e particularistas ainda hoje presente no movimento popular. (BONDUKI, 1992)

O período político de regimes ditatoriais no Brasil marcou o início de uma nova organização de grupos excluídos – pessoas que viviam em áreas marginalizadas, sem infraestrutura, sem acesso à cidade de fato – que perceberam o distanciamento das políticas públicas com as reais demandas da sociedade, naquele momento ainda bem tímidos devido a repressão que o Estado exercia sobre a sociedade civil organizada.

A partir de 1964, no autoritarismo, as lutas urbanas ganham um novo caráter. Frente ao fechamento de todos os canais de participação política, a organização dos bairros, impulsionada pelas Comunidades Eclesiais de Base, torna-se o principal canal de aglutinação da classe trabalhadora. (BONDUKI, 1992)

Mesmo no período ditatorial, com a tentativa de enfraquecimento das lutas por moradia, a população encontrou em instituições consolidadas um alicerce para continuar a busca por melhores condições de habitação, por acesso a equipamentos urbanos.

Historicamente, a Igreja Católica exerceu grande influência nesse modelo de produção habitacional, já que se tornou, através das CEBs, apoiadoras das populações que uniam em torno de causas como o direito à moradia, direito à cidade, num trabalho direto com as bases, ou seja, diretamente com as pessoas sem intermédio de grandes líderes. A Igreja Católica foi importante fomentadora da autoconstrução como método de construção da habitação, de equipamentos urbanos, de ambientes a serem usados pela população.

### **3.1.2 O período pós ditatorial**

Os mutirões autogeridos com assessoria técnica começam a se consolidar a partir dos anos de 1980. Naquele momento, as políticas de habitação no país ainda eram muito escassas e um longo percurso acabou por transformar este ideário em política oficial, ainda no interior da década de 80, retirando-lhe porém as dimensões relativas à autogestão e as possibilidades de emancipação futura. (RIZEK, BARROS e BERGAMIM, 2003), já que os primeiros programas oficiais, que surgiram em São Paulo, não favoreciam a prática autogestionária, para que a habitação fosse de melhor qualidade e os projetos arquitetônicos correspondessem às necessidades dos futuros moradores, os mesmos deviam executar todo trabalho para que barateasse o custo das obras. Não se tratava de autogestão, já que era o Estado que gerenciava os recursos, era apenas uma troca entre o trabalho dos mutirantes por habitação de qualidade.

O tema da autogestão em relação aos movimentos de moradia pressupõe, em tese, a gestão autônoma dos recursos provenientes dos fundos públicos para o financiamento da produção habitacional, a autogestão do trabalho de produção em canteiro e a autogestão do projeto de moradias, a ser discutido com os movimentos por habitação e futuros trabalhadores/usuários. (RIZEK BARRO e BERGAMIM, 2003)

Em maio de 1982 começa a funcionar a Faculdade de Belas Artes, no curso de Arquitetura e Urbanismo o LAB-HAB (Laboratório de Habitação) a partir da iniciativa de professores e alunos.

A proposta original do LAB-HAB era a de fornecer assessoria técnica à parcela da população que não utiliza os serviços profissionais do arquiteto, em função do alto custo e da falta de reconhecimento da necessidade deste saber no processo de construção corrente. Isto é consequência do caráter elitista que a profissão sempre teve [...]. O LAB-HAB era, portanto, uma iniciativa que tinha objetivos essencialmente experimentais, dentro de um esforço maior que vários arquitetos já vinham realizando de forma voluntária no sentido de construir uma nova prática profissional, destinada a colocar nosso saber a serviço dos que não detêm o poder. (BONDUKI, 1992)

O Lab-Hab foi apenas a porta de entrada de muitos profissionais no universo da habitação de interesse social. O fim do laboratório da Faculdade de Belas Artes em 1986 significou o quanto a prática do ofício questionada por aquele grupo incomodava, principalmente por se tratar de uma faculdade particular, ainda assim abriu-se um leque de possibilidades dentro dos cursos de arquitetura e urbanismo que representaram o início de uma reação de arquitetos e estudantes de arquitetura ao modo como a profissão era exercida, indo em encontro com a população das periferias que se organizavam.

A prática de uma arquitetura autoconstruída em mutirões desenhou o caminho que os movimentos sociais fariam. As favelas já são insuficientes para atender à demanda de trabalhadores sem alternativas de moradia. (BONDUKI, 1992). As ocupações de terrenos ociosos nas cidades, principalmente em São Paulo, passam a ser uma arma de pressão da população para o Estado. Os programas de habitação existentes não agradavam em nada à população, que passaram a compreender a importância da organização social na batalha pelos direitos que lhes são garantidos. É nesse momento que os movimentos sociais urbanos enxergam a força que têm para lutar não só pela moradia, mas por uma moradia de qualidade, por educação, por infraestrutura. João Marcos Lopes, em entrevista, fala como essas lutas aconteciam na cidade de São Paulo no fim da década de 80:

Já tinham movimentos de moradia mais articulados, já tinham questões que estavam se mobilizando na cidade de São Paulo. Imagina que 1988 é o ano da constituição federal, então assim, já tinham na legislação uma cláusula sobre a política urbana. E tinha a luta para regulamentação do estatuto da cidade. Isso tudo tinha uma força se reorganizando, ou melhor, se organizando em torno dessas questões, e isso culminou na eleição da Erundina pra prefeitura de São Paulo. (Entrevista concedida à autora por João Marcos de Almeida Lopes, 2016)

Esse encontro entre profissionais e comunidades se consolidou no ano de 1989 em São Paulo. A gestão da Luiza Erundina entre 1989 e 1993 foi muito importante no fortalecimento dos ideais criados durante o período de maturação desses

movimentos. Com Erundina no poder, a prática autogestionária defendida pelos movimentos sociais urbanos de São Paulo pôde ser posta em prática em uma escala que não fora conquistada antes. Surgiram na época várias assessorias técnicas na cidade de São Paulo, que viram na vitória do PT para a prefeitura da cidade a possibilidade de pôr em prática o ideário em que os arquitetos assumem a profissão como prática política a que lhe pertence e que era negado pela maioria dos profissionais.

É importante ressaltar que essa mudança ocorrida na prática da profissão, em que arquitetos se unem ao povo para, juntos construir espaços mais democráticos e reais às necessidades dos futuros usuários, não ocorrera somente no estado de São Paulo. Em Minas Gerais, em Goiânia, e em vários outros estados do país culminava a prática da autogestão, não se tratava de um ideário presente apenas na vida dos paulistanos, na verdade se tratou de um momento político, econômico e social do país, e conseqüentemente a autoconstrução através de mutirões para construção de habitação financiado pelo Estado entrou na agenda política de algumas cidades, principalmente aquelas em que os movimentos por moradia eram mais organizados.

### **3.2 Políticas públicas e programas de habitação e a autogestão no Brasil**

Ainda nos anos 90, os movimentos populares, organizados entre si entregaram ao Congresso Nacional o primeiro Projeto de Lei (PL) de Iniciativa Popular da história do Brasil. Segundo Moreira (2009), por cerca de um ano ocorreu o processo de articulação e elaboração do projeto de Lei para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP), seguido pelo recolhimento de assinaturas suficientes para referendar uma proposta alternativa à (ou ausência de) política oficial de habitação de interesse social do povo brasileiro.

O PL de Iniciativa Popular objetivava-se principalmente na criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular e de seu Conselho que deveria ser representativo e deliberativo com a responsabilidade de definir e fiscalizar a aplicação dos recursos deste fundo. (MOREIRA, 2009)

A riqueza desse processo estava no fato de que o movimento popular, principal fomentador e animador da proposta, criou uma rede de articulação de entidades sociais de representação nacional e movimentos locais de mais diferentes estados que se envolveram no debate, no processo de coleta de assinaturas e nesse momento, estavam influenciando diretamente na vida política e na formulação da política pública nacional. (MOREIRA, 2009)

É através da organização social e da prática comum dos mutirões nas periferias brasileiras que os movimentos sociais de luta por moradia passam a questionar os modos de produção da moradia de interesse social oferecida pelos programas de habitação do Estado, nos quais empreiteiras constroem moradia de baixíssima qualidade a partir de orçamentos astronômicos, sem levar em consideração as reais necessidades dos usuários. As reivindicações dos movimentos sociais ultrapassam as barreiras daquilo que era a questão inicial.

Ao propor um programa alternativo ao do governo, o movimento por moradia ingressa num campo onde até então não participava: a interferência nas políticas públicas. Fazem crítica à política habitacional do governo, enfatizando o desinteresse do BNH em atender às parcelas da população de mais baixa renda [...]. Criticam-se os intermediários financeiros e as empreiteiras que encarecem o custo de uma moradia que, ademais, é precária. A não consulta à população interessada é um dos aspectos mais enfatizados, considerando-se a política adotada, além de inadequada e insuficiente para as necessidades mínimas, autoritária e paternalista. (BONDUKI, 1992)

Apesar de ter casos isolados por todo Brasil de mutirões autogeridos ao longo de décadas de luta, somente no ano de 2003, quando o PT assume a presidência do país é que a autogestão na produção de habitação se torna um assunto discutido em nível nacional. Os movimentos sociais urbanos enxergam na eleição do presidente Lula a possibilidade de implementação de um programa habitacional capaz de abraçar todas as reivindicações que há anos vinham sendo levantadas, principalmente em relação à autogestão.

Se a agenda da reforma urbana conseguiu avançar de imediato, em 2003, com a criação do Ministério das Cidades e, em 2004, com a criação do Conselho das Cidades, após o primeiro ciclo de conferências (o que não significa que o ConCidades atenda às finalidades inicialmente projetadas pelo movimento de reforma urbana, ou seja, atue como uma instância deliberativa do conjunto das políticas urbanas), o mesmo não se pode dizer da política habitacional. A política habitacional em construção desde o primeiro governo Lula (2003), com uma diversidade de agentes e interesses de classe e de frações de classe intervindo, reflete as diferentes agendas em disputa no interior do Estado e fora dele, incluindo aí a autogestão e toda a plataforma de reforma urbana: (i) prioridade para o acesso a terra; (ii) implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade visando coibir a especulação imobiliária e viabilizar uma política fundiária de reservas de áreas para habitação de interesse social (HIS); (iii) urbanização e regularização fundiária

de favelas e loteamentos informais para as populações de menor renda; (iv) constituição de bancos de terras públicas; (v) revitalização de prédios vazios nas áreas centrais, visando atender à demanda de HIS; (vi) promoção do cooperativismo e associativismo para a produção social da moradia. (FERREIRA, 2014)

A implementação da autogestão na produção de habitação só se tornou possível graças a organização dos movimentos de luta por moradia, que conseguiram através de manifestações, ocupações a terrenos e prédios vazios, ocupações a prédios de instituições e órgãos públicos, estratégias do movimento em geral como meio de pressionar o Estado. Toda essa mobilização acabou por demonstrar que o fato de o PT está no poder não necessariamente significaria que todas as exigências e ideais dos movimentos sociais seriam postos na agenda pública.

A regulamentação da Lei do Sistema de Habitação concretizou-se em 2006, após a Marcha Nacional de Reforma Urbana de 2005. Mas, a alteração da Lei 11.124/2005, viabilizando o acesso aos fundos públicos para cooperativas e associações e a criação da Ação de Produção Social da Moradia (que não se viabilizou) ocorreram somente em 2007, logo após a Jornada de Lutas pela Reforma Urbana e Direito à Cidade. Enquanto isto, o primeiro programa do governo Lula voltado para os movimentos sociais urbanos e a autogestão, o Programa Crédito Solidário (PCS), criado em 2004 (desconectado, portanto, do SNHIS e do FNHIS), operava com muitas dificuldades [...]. (FERREIRA, 2014)

### **3.2.1 O Programa Crédito Solidário (PCS)**

O PCS foi lançado em 2004 como solução às reivindicações dos movimentos populares. Entre os anos de 2004 e o ano de 2011, quando o programa acabou, foram aprovados mais de 300 empreendimentos, que somados representavam mais de 21 mil unidades habitacionais.

O primeiro contrato assinado data de julho de 2005, um ano após o lançamento do programa, demonstrando as dificuldades iniciais para operacionalizar um programa novo, cujos agentes proponentes (as associações comunitárias e cooperativas) não representavam os tradicionais agentes com os quais o corpo burocrático da Caixa Econômica Federal (CEF) costumava rotineiramente operar. (FERREIRA, 2014)

O programa tinha como objetivo o financiamento habitacional a famílias de baixa renda – renda bruta mensal de até R\$1.125,00, ou para famílias com renda bruta mensal entre R\$1.125,00 e R\$ 1.900,00 limitadas a: a) 10% (dez por cento) da composição do grupo associativo ou; b) 35% (trinta e cinco por cento) de composição

do grupo associativo, no caso de municípios das regiões metropolitanas - organizadas em associações, cooperativas, sindicatos ou entidades da sociedade civil organizada. (UNMP, 2016).

Mesmo com tais resultados, segundo Drago (2011), o Programa tinha um caráter experimental (no seu formato original), porque o Agente Financeiro (CEF), como um 'bom banco', não queria arriscar prejuízo. Assim, a ideia inicial do PCS era a de algo artesanal mesmo, em que seriam construídas unidades de baixíssimo custo, em pequenos municípios, que as assessorias técnicas não precisariam ser remuneradas e o trabalho seria feito através de estudantes e professores de universidades, dentre vários outros aspectos que afirmavam o caráter experimental que o Estado deu a esse programa.

### **3.2.2 O Minha Casa Minha Vida Entidades**

O Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em março de 2009 e representa o programa de habitação de interesse social de maior abrangência nacional do governo Lula e posteriormente do governo Dilma. Mesmo com uma roupagem de programa social, o MCMV veio na verdade como uma solução à crise econômica mundial de 2009, de certo modo uma política conciliatória do governo Lula em implementar um programa de habitação mais abrangente para o país mas que, ao mesmo tempo atendesse às demandas do mercado imobiliário.

Segundo Ferreira (2014), um dos pontos questionáveis do programa é que:

Não foi previamente discutido no Conselho das Cidades, seus recursos não passam pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e são as construtoras que apresentam seus projetos diretamente à CEF, independente da atuação dos governos locais e estaduais, o que compromete a construção de uma política habitacional integrada às demais políticas urbanas (políticas fundiária, de saneamento ambiental e de mobilidade urbana), que articule as ações dos três entes federados - municípios, estados e governo federal, com o controle social através do CGFNHIS/ ConCidades. Priorizou-se, portanto, a produção privada da habitação de interesse social, com recursos subsidiados pelo Estado. (FERREIRA, 2014)

Devido à pressão constante dos movimentos sociais e das entidades relacionadas à luta por moradia, apenas no ano de 2009 cria-se um programa capaz de atender às

demandas desses movimentos, o MCMV- Entidades. Desde então, o PMCMV- Entidades tornou-se o principal programa de HIS voltado para a autogestão, dada as condições mais favoráveis que o Programa Crédito Solidário e a Ação de Produção Social da Moradia. (FERREIRA, 2014)

De acordo com o MCidades, o MCMV- Entidades tem como objetivo atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade. O programa funciona através do financiamento diretamente aos beneficiários (pessoa física) ou à Entidade Organizadora (pessoa jurídica), que reúne os beneficiários, utilizando recursos provenientes do Orçamento Geral da União - OGU, depositados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.

É interessante demonstrar aqui que o MCMV- Entidades, diferente dos formatos dos outros programas que o antecedem, leva em consideração o modo de gestão dos recursos defendido pelos movimentos, em que os recursos financeiros, a gestão da obra, todo o processo é coordenado e gerido pela entidade organizadora, seja ela uma associação de moradores, seja o movimento social.

Apesar do programa ter significado um avanço nas conquistas da luta por moradia autogerida, ao longo os anos, várias modificações foram feitas, algumas para melhorar a abrangência do MCMV- Entidades, outras de restrição aos empreendimentos a serem selecionados, ao financiamento, ao tipo de família que pode fazer parte do programa, Essas mudanças acabam gerando conflito nos empreendimentos já contratados devido à necessidade constante de adaptação aos novos editais do programa, atrasando também aqueles empreendimentos que ainda esperam aprovação das contratações. Outro aspecto negativo é a dificuldade que as entidades encontram em atualizar os orçamentos dos empreendimentos. Em muitos casos, a execução das obras inicia anos depois do acerto dos contratos com a CEF, devido às burocracias impostas pelos órgãos competentes, o que acaba paralisando muito os mutirões e gerando uma consequente desatualização dos orçamentos.



### **3.3 Autoconstrução: mutirões e assessorias técnicas**

A autoconstrução como modo de produção da habitação é uma prática comum no mundo inteiro. A autoconstrução de moradias configura práticas enraizadas em tradições, histórias, empreendidas por segmentos populares. (LIMA, 2005) Esse método de produção apresenta como umas das principais causas, a necessidade de habitar de todo cidadão. No Brasil, a autoconstrução pode ser considerada um reflexo da gigantesca desigualdade social e econômica presente no país. Enquanto uma parcela diminuta da população tem acesso facilitado à moradia, a grande maioria dos brasileiros simplesmente não têm acesso à habitação através do mercado formal, o que resulta na produção dos ambientes a serem habitados através de mutirões.

#### **3.3.1 Os mutirões**

O mutirão é uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organizado da comunidade, os chamados mutirantes, para a construção da sua própria moradia. (LIMA, 2005) Os mutirões representam o trabalho mútuo de pessoas, não necessariamente para uma edificação coletiva ou conjunto de casas. É muito comum serem feitos mutirões para construção de uma edificação de uso habitacional unifamiliar, uma reciprocidade entre vizinhos, amigos, familiares, uns contribuem com a própria mão-de-obra na casa do outro.

O mutirão pode ser considerado como uma atitude de solidariedade, porém de acordo com Jacobi (1982, apud. LIMA, 2005) responde basicamente às necessidades de satisfazer determinadas necessidades sociais que não são supridas a contento. Não se trata só de ser solidário, mas está diretamente ligado à necessidade de uma moradia própria, de se livrar de aluguéis injustos e à falta de recursos capazes de bancar uma construção pelas vias do mercado formal.

Os mutirões podem ser classificados, de acordo com o modelo de gestão em 3 tipos distintos (CARDOSO, JACOBI, 1994 apud. ROSSI, 2004):

- a) O mutirão por gestão institucional, modelo em que o agente público gere o empreendimento, ou seja, elabora os projetos, fornece a equipe técnica que gerencia a obra e administra todos os recursos financeiros e não financeiros aportados. Trata-se do mutirão em que a gestão administrativa é de responsabilidade de uma instituição, normalmente o Estado através de órgãos competentes. Esse caso é quando o Estado institucionaliza a prática da autoconstrução, mas mantendo o controle financeiro, técnico, administrativo. A primeira vista pode parecer que há participação dos usuários no processo de concepção, mas na realidade é sobre trabalhadores prestando serviço não remunerado ao Estado sem que haja o menor controle do processo produtivo.
- b) O mutirão por co-gestão, caso em que o agente público repassa recursos à comunidade, representada e organizada em associações comunitárias, as quais contratam escritórios técnicos autônomos denominados Assessorias Técnicas para orientá-las na administração desses recursos, para elaborar os projetos e exercer a direção técnica das obras. É o caso mais abordado e discutido no trabalho, diz respeito à prática em que o Estado financia e fiscaliza a produção da moradia, mas cabe aos usuários a gestão dos recursos financeiros, cabe aos futuros moradores a escolha do corpo técnico que dará suporte, assessorando essa comunidade na elaboração do projeto, na execução da obra.
- c) O mutirão por auto-gestão, modalidade na qual a comunidade, por meio das associações de moradores, é a responsável pela administração geral do empreendimento, bem como pela gerência de todos os recursos. Neste caso, acaba sendo o menos comum e com menos exemplos executados quanto a habitação, já que se trata da gestão total por parte dos grupos organizados, sem ao menos receber ajuda financeira do Estado ou de outras instituições, e exatamente por isso, e devido à dificuldade de acesso a um financiamento privado ou até mesmo à dificuldade de angariar recursos dos futuros usuários capaz de bancar a execução de uma obra em maior escala. Nesse caso, é muito mais comum a construção de edificações isoladas, mas que sejam de uso coletivo da comunidade, como creches, escolas, bibliotecas, centros comunitários, dentre outros.

### **3.3.2 As assessorias técnicas**

As assessorias técnicas correspondem a profissionais ou grupos de arquitetos e urbanistas ou equipes multidisciplinares de profissionais que, envolvidos com questões relacionadas à luta pelo direito à moradia, à cidade, etc., que têm relação com grupos organizados em torno destas questões, acreditam no processo construtivo autogestionário para famílias de baixa renda que não conseguem ter acesso à moradia, que é possível conquistar através de financiamento do Estado habitação de qualidade, que atenda às reais necessidades dos usuários, diferente do que é produzido pelos programas de habitação do Estado que, na maioria das vezes as construções são de baixíssima qualidade, completamente desconectados do contexto urbano, em áreas periféricas e com pouca ou nenhuma infraestrutura, serviços, transporte.

No Brasil há poucas assessorias técnicas autônomas em face à necessidade de técnicos que as cidades demandam. O trabalho de assessorias técnicas normalmente está muito ligado a grupos organizados em torno de questões relacionadas ao direito à moradia, já que a maior parte dos cidadãos que precisam dos serviços de um arquiteto ao menos têm consciência do trabalho das assessorias técnicas. Além disso, a maior parte desses grupos de profissionais acabam assessorando grupos organizados maiores, principalmente na produção de conjuntos de habitação multifamiliares devido ao histórico de surgimento da maior parte das assessorias técnicas no Brasil estar diretamente ligado à dificuldade que os movimentos de moradia tinham em ter acesso ao trabalho de arquitetos, da mesma maneira que os arquitetos mais preocupados com questões sociais como o déficit habitacional brasileiro e a má qualidade das habitações oferecidas pelo Estado acabaram direcionando esses grupos a concentrar seus trabalhos muito mais nessa área da arquitetura.

O surgimento de programas de habitação que permitiam a gestão dos recursos financeiros por grupos organizados – como associações de moradores, movimentos sociais, grupos que pudessem responder juridicamente às exigências burocráticas estabelecidas pelo Estado – representaram um marco no surgimento e na institucionalização de um número mais expressivo de assessorias técnicas no Brasil.

Esse modelo, como já visto, já havia sido desenhado pelas demandas do Movimento, pelos revezes institucionais das universidades e faculdades, pelas convicções políticas de inúmeros profissionais das mais variadas formações que atuaram antes desse período etc. (LOPES, 2011)

O pressuposto técnico no mutirão, inclusive pela sua relativa liberdade, é a experimentação de novas formas e meios de produção e, conseqüentemente, de produtos. Porém isso é um pressuposto ainda da assessoria, que não necessariamente é plenamente compartilhado com os mutirantes. Trata-se, por isso, de uma aliança entre agentes de origens diferentes, técnicos com formação universitária e povo organizado. Desta forma, a assessoria está necessariamente em terreno pantanoso: a dificuldade de coletivização dos conhecimentos e seus pressupostos de experimentação e desenvolvimento da técnica e da estética acabam por limitar a vivência dos processos autogestionários. Mesmo procurando sempre o diálogo com a autogestão dos mutirantes, situação permanentemente reposta nas etapas de projeto e obra, a assessoria ainda concentra o saber técnico – e, de forma correlata, parte importante do poder de decisão do grupo. Minimizar o papel dos agentes técnicos, o que seria saudável, ainda não é possível. (USINA, 2008)

A relação entre assessoria técnica e aqueles que são assessorados em um processo produtivo autogestionário apresenta pontos sensíveis. No que diz respeito à relação de conhecimento, a assessoria ainda concentra o saber técnico – e, de forma correlata, parte importante do poder de decisão do grupo. (USINA, 2008) Isso exerce grande influência na maneira como acontece essa relação que, de certa maneira os técnicos acabam exercendo uma autoridade devido à dificuldade de troca de determinados conhecimentos com os mutirantes, principalmente por existirem limites claros de saber. Mesmo que a assessoria procure sempre coletivizar o seu saber, ainda há limites claros – num contexto em que a imensa maioria dos militantes não teve educação básica que lhe permita manusear instrumentos elementares do conhecimento (matemática, física, geometria, lógica, escrita etc. (USINA, 2008)

A ideia do projeto participativo pressupõe que o desenho não pode mais se eximir de pensar sua relação com a construção: é ela que dá os parâmetros para as escolhas projetuais. Mais do que isso, o papel social do arquiteto está em discussão: com os mutirões, ele pode colocar os seus conhecimentos a serviço da população trabalhadora, de maneira formal. (USINA, 2014)

Esse é o papel fundamental das assessorias técnicas de arquitetura e urbanismo: possibilitar o acesso ao trabalho de arquitetos a pessoas que não teriam acesso a esse tipo de serviço e, ao mesmo tempo, aproximar o desenho técnico da realidade construtiva de cada comunidade a ser assessorada, aliar conhecimento técnico e saberes populares, o contexto em que se insere cada grupo assessorado e garantir a

A prática autogestionária na arquitetura

participação efetiva da comunidade na concepção projetual e nas tomadas de decisões relativas ao processo.



**A USINA E PROJETOS AUTOGERIDOS**

## **4 A USINA E PROJETOS AUTOGERIDOS**

Este capítulo refere-se à Usina-CTAH, grupo de profissionais multidisciplinar que presta assessoria técnica a grupos organizados na concepção, execução e gestão de ambientes construídos em regime autogestionário, à experiência de acompanhar durante um mês o trabalho desenvolvido por eles e ao estudo de caso de dois projetos que a Usina presta serviço como assessoria técnica.

### **4.1 A Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado**

A Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina-CTAH) é uma Organização não-governamental (ONG) sem fins lucrativos que presta serviços a grupos organizados na produção de habitação e ambientes de educação, saúde, lazer, dentre outros. Com quase 27 anos de atuação, a ONG é responsável pela concepção e execução de mais de 5000 unidades habitacionais, além de creches, escolas, centros comunitários, e outros serviços como a elaboração de planos urbanísticos, sempre buscando a participação efetiva da população.

A Usina, que foi fundada em junho de 1990, foi pensada e estruturada por João Marcos Lopes, Mário Attab Braga e Wagner Germano, os três arquitetos, no modelo de uma ONG, baseados na estrutura de uma ONG de saúde e educação no Tocantins que um deles conheceu e trabalhou como voluntário ainda durante a graduação, e convidaram mais alguns profissionais interessados em desenvolver um trabalho no modelo autogestionário.

O contexto histórico em que a ONG surge é um momento favorável para o trabalho das assessorias técnicas. Como já foi explicitado, o período da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo favoreceu o surgimento de vários grupos, escritórios e ONGs que prestavam serviço como assessoria técnica para os movimentos sociais na produção de habitação, devido à autogestão está presente na agenda política daquele período. Foi nesse momento que a Usina surgiu.



Vamos submeter esse negócio no CREA, na época. E a gente arranhou uma advogada que tinha ajudado a gente a formatar o estatuto, e era um trabalho tão bem feitinho, que o CREA não tinha negar. E a gente conseguiu registro no CREA da Usina, então foi a primeira ONG a ter registro no CREA, ninguém tinha ainda, no ano de 1990. De repente estávamos habilitados a entrar em licitações, a ser contratado, ter contrato firmado com a Caixa Econômica, etc. (João Marcos de Almeida Lopes, 2016. Em entrevista à autora)

Durante os mais de 20 anos de trabalho, a Usina já prestou serviço em vários estados brasileiros, mas a maior parte dos projetos desenvolvidos foram no estado de São Paulo, principalmente na região de metropolitana da cidade de São Paulo. Vários foram os empreendimentos em que a Usina atuou como assessoria técnica (figura 01), dentre eles:

- a) Terra é Nossa – início em 1989, quando a Usina ainda não havia sido fundada, esse projeto foi o que possibilitou à Usina a estruturação de uma metodologia de trabalho própria. A Usina foi fundada em 1990 e o projeto do Terra é Nossa teve grande influência.
- b) Copromo – 1990 a 1998 (a Usina acompanhou a construção das primeiras 160 unidades)
- c) Fazenda da Juta – 1990 a 2000
- d) Cazuzu – 1990 a 1993 (a partir de 1993, a responsabilidade técnica da obra foi assumida por outra assessoria técnica.
- e) Talara – 1990 a 1998
- f) Paulo Freire – 1999 a 2000
- g) Comuna urbana Dom Helder Câmara – 2006 a 2012
- h) Comuna da terra Dom Tomás Balduino – 2006 a 2008



**Figura 01** – Imagens de projetos que a Usina trabalhou como assessoria técnica. 1: Conjunto Terra é Nossa (Osasco, SP); 2: COPROMO (Osasco, SP); 3: Conjunto Paulo Freire (Tiradentes, SP). Fonte: Site Usina-CTAH <<http://www.usina-ctah.org.br/>>, acesso em 17 de janeiro de 2017.



Além desses, que são todos projetos de conjuntos habitacionais, a Usina já atuou e atua como assessoria para projetos de reurbanização de favelas, elaboração de planos diretores, além de escolas, centros de formação.

Uma das principais características do grupo é a preocupação em atuarem o mais próximo possível da autogestão na condução dos projetos assessorados por eles. Essa preocupação começa dentro da própria Usina, se organizando em autogestão, o que faz com que não exista a figura de um chefe, uma autoridade superior que dá ordem. Eles se organizam pela divisão de tarefas, dentre elas, financeira, compras, etc. e a coordenação geral, que são os associados que respondem burocraticamente pela ONG – é importante salientar que a presença de coordenadores gerais não significa que estes têm poder de decisão maior que os outros associados, ou que a função determine mais autoridade. Todas as decisões internas ao grupo são tomadas coletivamente em reuniões semanais denominadas RG (reunião geral). No que diz respeito ao projetos em andamento, as decisões que cabem à assessoria técnica são discutidas e aprovadas por cada equipe que coordena determinado projeto, não havendo necessidade de debate entre todos os associados da ONG. A partir desse modo de gestão, é facilitada a compreensão e condução, quando necessária, do processo autogestionário com os grupos organizados assessorados pela Usina.

Do lado de fora, o modo de produção que rege o trabalho com as comunidades que trabalha é a autogestão, como definem os movimentos populares e a própria Usina, ou co-gestão, como define Cardoso, Jacobi (1994 apud. Rossi, 2004). O papel da ONG é o de assessorar tecnicamente grupos organizados para a concepção e a execução de projetos elaborados em processos participativos.

Os projetos são debatidos por todos os interessados, há constante interação entre equipes, diluição de hierarquias, participação de profissionais que assim se qualificam, atenuação da divisão entre trabalho intelectual e manual, entre condutores e conduzidos; há submissão do partido técnico, da ideia construtiva de material, às capacidades dos produtores, eliminação de propostas perigosas ao trabalho, de produtos nefastos à saúde, etc. (FERRO, 2015)

O que Ferro (2015) elucida é como os profissionais associados à Usina de fato procuram fazer do processo o mais participativo possível, buscando fugir do protagonismo de técnicos responsáveis detentores do saber, papel que os técnicos

costumam ocupar nesse tipo de trabalho, para que a comunidade, os futuros usuários protagonizem o processo e o conduzam como de fato deve ser (figuras 02 e 03).



**Figuras 02** – Assembleia do mutirão 5 de dezembro, em Suzano, SP. Fonte: Acervo Usina.

**Figuras 03** – Assembleia da comunidade do Piquiá de Baixo. Fonte: Acervo Usina.

E aqui pode-se afirmar que não se trata apenas da construção de casas para pobres, executadas com suas próprias mãos. A autogestão vai muito além dos meios de produção, está muito mais relacionado ao modo de produção, às relações de trabalho, e como isso acaba se refletindo, de alguma maneira, na vida de todos os agentes envolvidos no processo autogestionário, fora do canteiro de obras.

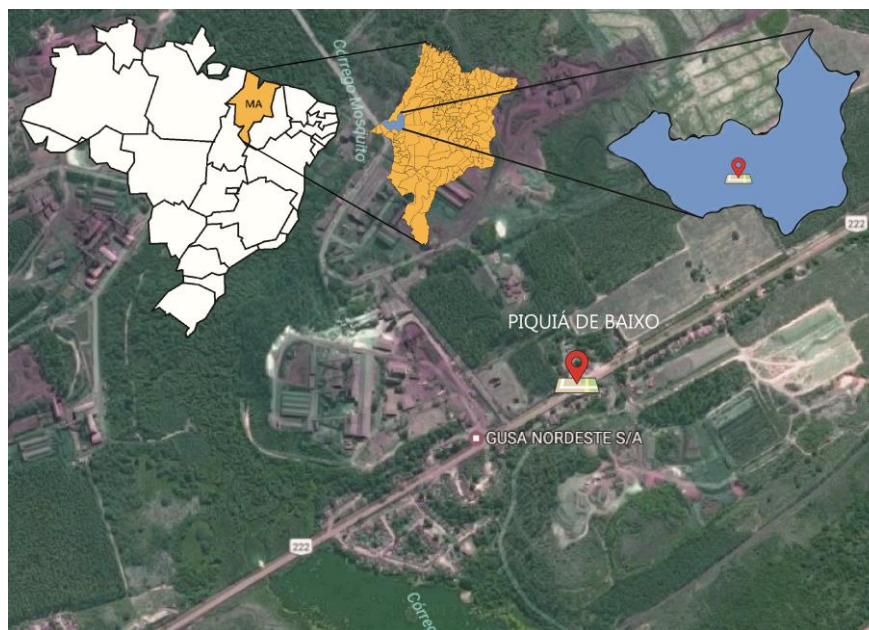
A autogestão na construção tem repercussões que saem do canteiro, atingem outros níveis da vida social. A cantina, a creche, o posto de saúde coletivos já avançam outras pistas. A surpreendente e numerosa presença das mulheres na construção estreme o machismo tradicional, a ideologia dos sexos. A negociações para obtenção do terreno, de financiamento, de compra, etc., fortalecem a perspectiva socializante destas iniciativas (FERRO, 2015)

Não que tudo o que foi dito só aconteça por ter a presença da assessoria técnica Usina envolvida, mas é importante salientar que eles apoiam a autogestão, eles apoiam o protagonismo dos usuários, eles assumem o papel de prestadores de serviço, e não de autoridades, detentores do saber, durante o processo, e todas essas constatações só são possíveis e só acontecem se o grupo conseguir diferenciar essa dos outros modos de produção, e caso diferenciem, esses aspectos só podem ser notados se as pessoas assimilarem por conta própria as diferenças nas relações de trabalho e conseguirem levar isso para outros campos da vida. Nesse caso, o trabalho que a Usina desenvolve se mostra muito mais como apoiador dessas mudanças do que agente transformador.

Hoje, a Usina acompanha e assessora mais de 5 grupos diferentes, aos quais dois deles, o Mutirão 5 de Dezembro, que está em fase de execução, situado na cidade de Suzano, na região metropolitana de São Paulo, e o reassentamento do bairro Piquiá de Baixo, um bairro atingido diretamente pelas atividades de mineração do polo industrial da cidade de Açailândia, no Maranhão, ainda em fase de aprovações em órgãos competentes, são os dois casos que serão analisados neste trabalho.

## 4.2 Reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo

### 4.2.1 Localização e história do bairro



**Mapa 01** – Localização do bairro Piquiá de Baixo. Fonte: Google Earth, modificações da autora.

O Piquiá de Baixo está localizada no município de Açailândia, no estado do Maranhão (mapa 01). O município possuía 104 mil habitantes no senso demográfico de 2010, com estimativa para 110 mil em 2016. A cidade de Açailândia é umas das cidades do Maranhão atingidas pelo Projeto Carajás, projeto que atinge diretamente a qualidade de vida dos moradores do Piquiá de Baixo. O bairro está localizado a 12 quilômetros do centro do município e cerca de 320 famílias vivem no bairro. De acordo com o

relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) em parceria com a Justiça nos Trilhos e a Justiça Global, *Brasil: quanto valem os direitos humanos?*, um documento que relata, dentre outras coisas, questões relacionadas às condições de vida no Piquiá de Baixo, o Piquiá era, até meados da década de 1950, conhecida apenas por grupos indígenas. A partir da década de 60, famílias vindas de outras áreas do estado do Maranhão começam a ocupar aquela área com foco na atividade camponesa e o bairro se consolida como ocupação apenas em 1964.

No final da década de 1960, o governo federal iniciou a abertura de uma estrada (hoje chamada BR-222) diante do pequeno povoado. Os próprios trabalhadores da obra foram atraídos pelo local, dotado de recursos naturais abundantes para a agricultura familiar (água e terra) e para a coleta (frutas como o açaí, por exemplo, que batizaria Açailândia). Tal foi o caso de seu Edvard, atual presidente da associação de moradores. As roças mais comuns no Piquiá eram de milho, arroz, mandioca e feijão. O próprio nome “Piquiá” remete ao fruto de uma árvore comum na localidade. Logo em seguida, entretanto, o povoado foi surpreendido pela chegada de latifundiários e de serrarias que beneficiaram de incentivos fiscais concedidos pelos projetos governamentais de “desenvolvimento” da Amazônia, que acabariam restringindo o acesso às terras do local (inclusive a partir de práticas de grilagem) e fazendo os preços da terra e dos víveres subirem. (Trecho do relatório *Quanto valem os direitos humanos?* realizado conjuntamente por FIDH, Justiça nos Trilhos e Justiça Global, 2011).

A década de 80 marca o início de um novo ciclo para os moradores do Piquiá de Baixo, quando a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e posteriormente o polo de indústrias siderúrgicas são implantados nas proximidades do bairro e tornam-se uma ameaça não só às atividades desenvolvidas pelos moradores, como também a permanência dos moradores, devido a especulação do valor da terra e o movimento migratório intenso.

A partir de 1987, as siderúrgicas atreladas à Vale (compradoras do minério e usuárias do frete ferroviário) passaram a comprar terras e a construir os altos-fornos, potencializando os problemas fundiários e catalizando os impactos sociais e ambientais no Piquiá. Houve grande investimento publicitário em relação à chegada das siderúrgicas, voltado a acelerar ainda mais um fluxo de trabalhadores para as cercanias das siderúrgicas. Ou seja, as siderúrgicas instalaram-se em área contígua ao Piquiá de Baixo buscando tanto os recursos hídricos da região, quanto um contingente elástico de trabalhadores, não só passível de ser empregado nas siderúrgicas, mas também de constituir um verdadeiro exército industrial de reserva. (Trecho do relatório *Quanto valem os direitos humanos?* realizado conjuntamente por FIDH, Justiça nos Trilhos e Justiça Global, 2011).

Quando as indústrias de ferro-gusa começam a se instalar nas proximidades do Piquiá de Baixo, poucos moradores do Piquiá conseguiram trabalho nas empresas, já que a

mão-de-obra qualificada que era exigida era normalmente trazida do sudeste e do nordeste, o que acabou gerando também adensamento na área.



**Figura 04** –Moradora do Piquiá de Baixo. Imagem que representa a quantidade de resíduos (fuligem de ferro) que se acumulam nas casas dos moradores do Piquiá de Baixo devido à proximidade com as siderúrgicas. Fonte: Imagem retirada do documentário Aconteceu d’eu sonhá, 2015.

O resultado da implantação dessas indústrias é, além do adensamento populacional da região, da especulação fundiária que é causada, mas principalmente a insalubridade do bairro devido aos resíduos das indústrias de ferro-gusa (figura 04), altamente nocivos à vida humana, motivo causador de um nível altíssimos de pessoas com doenças respiratórias, doenças de pele e até alguns casos de morte, além dos resíduos sólidos, há também a poluição gasosa, e a poluição sonora, todas causadas devido às atividades das siderúrgicas.

No caso do Pequiá de Baixo além dessas sirenes os moradores tem de conviver também com as explosões regulares dos altos fornos e com os rejeitos industriais lançados no ar (fumaça e cinzas). Esses subprodutos do processo de fabricação do ferro gusa espalham-se pela comunidade através de uma lama e poeira escura que pode ser vista nas paredes dos casebres. (EVANGELISTA, 2008)

### **Histórico de lutas e conquistas da comunidade do Piquiá de Baixo**

A luta da comunidade do Piquiá, já dura mais de 10 anos, e se iniciou nesse contexto. Por terem seus direitos violados e a vida em risco devido à insalubridade causada pela proximidade com as caldeiras das indústrias de ferro-gusa, os moradores do bairro, um grupo em torno de 320 famílias entraram em um consenso de luta para

serem reassentados, levando em conta todas as exigências propostas pelos mesmos. Desde o início dessa luta, a comunidade do Piquiá de Baixo conta com o apoio da Rede Justiça nos Trilhos, e da Paróquia São João Batista de Açailândia

Em 2008, a Associação de Moradores realizou uma consulta com todos os moradores, que, por unanimidade, optaram por lutar pelo reassentamento coletivo em uma nova localidade, livre da contaminação. Assim, por meio da organização da Associação de Moradores, e em parceria com a Rede Justiça nos Trilhos, a comunidade vem exercendo pressão sobre instituições e empresas privadas para conseguir o reassentamento de todo o bairro. (USINA, 2014).

A primeira vitória da população do Piquiá de Baixo foi a conquista do terreno escolhido mediante as necessidades dos moradores, a legalidade do terreno (para que a posse do terreno fosse da Associação de Moradores do Piquiá), e a localização do novo sítio, através do Ministério Público na luta pela desapropriação do terreno.

Após muitas negociações e pressão, o Ministério Público celebrou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em maio de 2011, que determinava a desapropriação de terreno para o reassentamento da comunidade. O Município deveria desapropriar a parcela de terra, que seria escolhida a partir das exigências previamente estabelecidas pela comunidade, e o SIFEMA (deveria cobrir os custos da desapropriação. Apesar de grande conquista, este seria apenas o primeiro passo de uma longa jornada para a efetivação da conquista da terra (USINA, 2014)

Em 2012, através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), o SIFEMA foi determinado a pagar pelo projeto do novo bairro. Em agosto de 2012 a Usina - CTAH foi convidada para elaboração do projeto do novo bairro em conjunto com a comunidade, num processo participativo que garantisse a execução de um bairro que de fato atendesse às necessidades dos reassentados. Foi nesse momento que as histórias se cruzaram: moradores do Piquiá de Baixo, Usina, Justiça nos Trilho, e juntos iniciaram a concepção do novo bairro para os reassentados através de um processo completamente novo para aquela comunidade e, ao mesmo tempo, almejado por eles mesmos, a autogestão.

#### **4.2.2 Métodos participativos da concepção projetual**

Após toda luta da comunidade e seus apoiadores e parceiros, em novembro de 2012 iniciou-se o processo de concepção do projeto para o novo bairro que as famílias seriam reassentadas. O projeto do novo bairro, que deve contemplar 320 famílias, ou

seja, mais de 1.000 moradores, foi parte do processo autogestionário de implantação do reassentamento.

O projeto foi construído coletivamente. A comunidade, a Justiça nos Trilhos e a Usina participaram durante 3 meses de atividades e dinâmicas, com desenhos, fotos, plantas e maquetes, além de discussões conceituais sobre o espaço da moradia e o projeto urbano do novo bairro. Apesar da distância entre Maranhão e São Paulo, a metodologia participativa de projeto gerou um desenho único, fruto das necessidades e desejos reais daquela comunidade, com suas particularidades e premissas respeitadas. (USINA, 2014)

O projeto foi desenvolvido durante 3 meses em encontros entre assessorias e a comunidade, através de dinâmicas e atividades, além de discussões conceituais sobre o desenho do novo bairro, que fizeram com que despertasse nos futuros moradores o interesse e a compreensão da importância de participar dessa etapa de concepção, visto que a participação dos futuros usuários se torna imprescindível para o entendimento e a captação das reais necessidades daquelas pessoas, como elas convivem entre si, como festejam, como se relacionam, informações que somente eles mesmos seriam capazes de levantar.

Num primeiro momento, durante a assembleia, a Usina fez uma apresentação do histórico de trabalhos em que eles já fizeram parte, abordaram questões como a comparação entre os projetos convencionais e os projetos feitos por assessorias e comunidade organizada. De acordo com o que foi relatado no Relatório sobre o reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo (USINA, 2014), nessa atividade inicial, com todas as famílias reunidas, os arquitetos da Usina levaram questões sobre as diferenças entre as duas formas de produzir habitação e a cidade. O roteiro da discussão consiste em:

- a) Mostrar qual o padrão dos projetos feitos pelo Estado e construtoras e o interesse da empresa privada em transformar um direito social em um “negócio”. Assim, a maior lucratividade é o que define o local do empreendimento, sua tipologia, implantação e tecnologia - há uma prevalência do valor de troca sobre as qualidades de uso e da cidade;
- b) Os resultados são conjuntos quase sempre em glebas periféricas, segregadas, com a repetição monótona dos mesmos blocos de edifícios ou casa, onde as unidades habitacionais são pequenas e com espaços quase inutilizáveis, sem áreas verdes e coletivas etc.;

- c) A luta por moradia digna e autogestão já produziu projetos muito melhores, com habitações maiores, espaços coletivos, materiais de primeira linha, variedade de tipologias e qualidade arquitetônica;
- d) São apresentados os diversos projetos já construídos e o porquê dessa diferença de tamanho e de qualidade. São mostradas para as famílias imagens de discussões de outros projetos, assembleias, festas e fotos dos próprios projetos construídos;
- e) É então compreendido que há um conflito entre projetos: não apenas de moradia, mas o projeto do capital em transformar a cidade em um meio de valorização e, assim, segregar os trabalhadores e o projeto popular da cidade como meio de vida e bem-estar;
- f) Apresenta-se então um “passo- a- passo” de todo o processo de projeto com as famílias, a partir da experiência da Usina com a UMM e o MST.

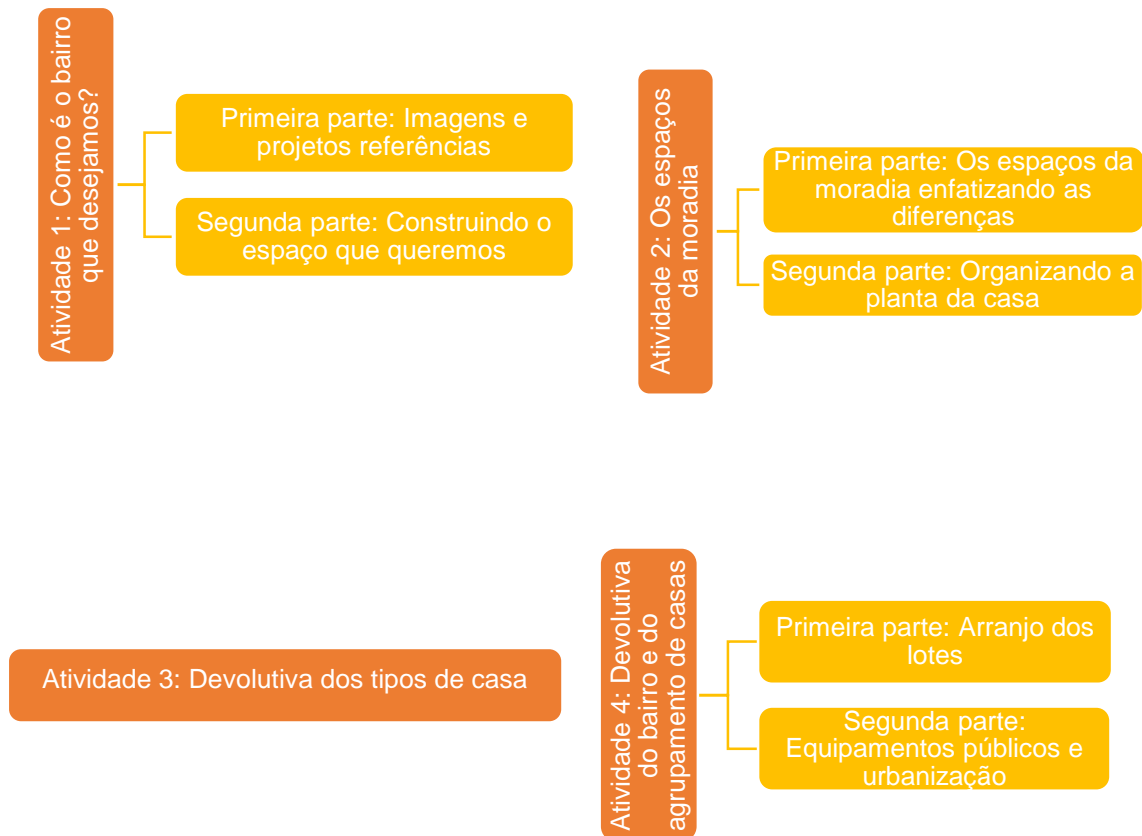
Nesse primeiro momento, buscou-se a demonstração das diferenças entre ter o conjunto produzido pelos moldes convencionais, através de empreiteiras e empresas de construção civil, as quais são responsáveis pela maior parte da produção habitacional de interesse social no Brasil, e a habitação produzida por assessoria e grupos organizados, não só em relação à qualidade da casa, mas também em relação à preocupação com a localização, à preocupação com as necessidades dos futuros usuários, tanto em relação a casa quanto em relação ao ambiente urbano em que se insere aquele novo conjunto. Foram levantadas questões que demonstrassem porque há diferença nos dois modos de produção, quando ambos são baseados na mesma linha de financiamento, com os mesmos valores fixados para a construção das unidades habitacionais. O interesse na geração de lucros das empreiteiras é evidenciado em face à qualidade das habitações produzidas por essas empresas, a precariedade do ambiente urbano construído, o desprezo ao acesso daqueles futuros moradores à cidade, gerada pela segregação espacial – e conseqüentemente social – que esses grupos sofrem, já que o que rege o trabalho dessas empresas é o lucro, e não a preocupação com a qualidade habitacional dos futuros moradores.

Para que fosse possível a compreensão das necessidades da comunidade, tanto no que diz respeito à casa, quanto à conformação dos lotes, foram desenvolvidas quatro atividades diferentes, cada uma com um objetivo diferente, mas complementares



entre si de modo que fosse possível ser discutido com os futuros moradores desde questões como o tamanho da cozinha, até a organização do bairro de acordo com as relações sociais, as relações de vizinhança.

Os momentos de discussão do projeto foram divididos em quatro atividades diferentes, que foram elas: (Figura 05)



**Figura 05** – Esquema de atividades desenvolvidas entre Usina e a comunidade do Piquiá de Baixo para concepção do novo bairro. Fonte: autora.

**a) Atividade 1 – Como é o bairro que desejamos?**

Esse momento consistiu em discutir mais sobre a urbanização e os equipamentos e serviços indispensáveis para atender às necessidades dos moradores, uma busca para compreender como aquelas pessoas idealizavam o local que gostariam de morar futuramente. Nessa atividade, foram discutidas referências no Brasil e no mundo de

ambientes urbanos, tanto exemplos bons quanto exemplos ruins de urbanidade, culminando na discussão das necessidades e anseios para o futuro bairro.

**Primeira parte – Imagens e projetos referências:** Como método de trabalho, os membros da Usina levaram imagens variadas de cidades, conjuntos residenciais, praças, etc., que demonstrassem diferentes situações urbanas, capazes de instigar os ânimos dos moradores do Piquiá de Baixo à discutirem referências projetuais para o novo bairro. (Figura 06)



**Figura 06** – Imagens usadas de exemplo para o debate sobre como a comunidade gostaria que fosse o futuro bairro. Fonte: Acervo Usina.

Alguns pontos foram levantados daquilo que foi considerado pontos positivo e negativo das imagens apresentadas, relatados no relatório de apresentação das atividades realizadas com os membros da comunidade do Piquiá de Baixo, elaborado pela Usina (2014), e são eles:

**Pontos negativos:**

- a) Os conjuntos habitacionais tradicionais foram criticados pela monotonia, falta de praças, por não parecer moradia e sim depósito de pessoas;
- b) As situações onde as casas eram geminadas ou coladas umas nas outras foram rechaçadas;

- c) A maioria dos projetos sem áreas verdes, jardins, e árvores, não foram bem recebidos;
- d) Situações que obriguem a coletividade também foram criticadas, sendo que o sugerido era sempre que todos pudessem escolher do que participar e do que não participar;

**Pontos positivos:**

- a) Em geral os projetos que agradavam tinham muitas áreas verdes, jardins e praças;
- b) Foram bem recebidas as ruas de pedestres, rodeadas de jardins, com ciclovias e onde não passem carros e as crianças possam brincar;

A partir dos comentários anotados de cada grupo e ponderados aqueles que foram comuns aos grupos, nota-se o interesse da comunidade em espaços de convivência que possuam áreas verdes, áreas para que as crianças possam brincar sem a preocupação com carros (ruas de pedestres). (Figura 07)



**Figura 07** – Atividade: Como é o bairro que desejamos? – Imagens e projetos referência. A imagem representa o momento de discussão em grupo, com os moradores do Piquiá de Baixo. Fonte: Acervo Usina.

**Segunda parte – Construindo o espaço que queremos:** Nesse momento, a discussão direcionou-se à realidade, através na análise por cada grupo do terreno onde será locado o novo bairro, a partir de fotos do local e planta em grande escala, de modo que os moradores entendessem a relação que teriam com o bairro vizinho (Vila Novo Horizonte), a locação de equipamentos urbanos e serviços considerados

necessários pelos moradores (Figura 08). De acordo com os relatos da Usina, este momento funcionou da seguinte maneira:

Neste momento, são utilizadas duas plantas do terreno e uma foto aérea. Uma das plantas e a foto aérea estão em escala 1:1000 e são úteis para os moradores compreenderem alguns aspectos importantes da região: a ligação com o bairro vizinho (Vila Novo Horizonte), onde estão as massas de árvore (as mangueiras), a rodovia, a polícia rodoviária (em frente ao terreno) e fazerem a ligação com a planta topográfica que, mesmo sendo um elemento abstrato (as curvas de nível que representam cada metro que o terreno “sobe”), é apreendida pelos participantes. Após se familiarizarem com a área e localizarem o que conheciam no entorno, começam a elencar quais seriam os equipamentos e serviços que deveria existir no projeto urbano. Nesse momento são levantados não só os equipamentos que eles já possuem no bairro antigo, como a Associação de Moradores e o Clube de Mães, mas também serviços e equipamentos que eles não possuem mas deveriam ter acesso, como uma Unidade Básica de Saúde. (USINA, 2014)



**Figura 08** – Atividade: Como é o bairro que desejamos? – Construindo o espaço que queremos. A imagem representa o momento de discussão em grupo, com os moradores do Piquiá de Baixo e um mediador – membro da Usina. Fonte: Acervo Usina.

Após o reconhecimento do terreno, da vizinhança e dos limites, cada grupo lista quais equipamentos e serviços devem ser contemplados no projeto do novo bairro, desde aqueles que já existem no Piquiá de Baixo até outros apontados pelos grupos como fundamentais. De acordo com o relatório da Usina (2014), os equipamentos levantados pelos grupos foram:

- a) **Escola e creche:** Os equipamentos educacionais (escolas de 1º ou 2º grau, de acordo com a demanda observada no local e do bairro ao lado – Vila Novo Horizonte) foram os primeiros que apareceram em todas as discussões dos diversos grupos. De acordo com os moradores, não existe creche em Açailândia e lá seria uma possibilidade de instalação deste equipamento.
- b) **Centro comunitário:** Espaço com atividades para os idosos, sobretudo de geração de renda, artesanato, cursos. Poderia possuir um centro de informática para a população, com acesso à internet.
- c) **Centro de juventude:** foi levantada a necessidade de um espaço de lazer e festas sobretudo para os jovens: um espaço reservado, de preferência afastado das casas para que se possam realizar as festas com som alto sem atrapalhar ninguém. As mulheres também levantaram a possibilidade da construção de um espaço de dança, onde poderiam fazer forró e outras atividades. Esse centro foi pensado junto às quadras esportivas (no fundo do terreno), contando com espaços para essas atividades físicas, como salas amplas e equipamentos de academia. Além disso, seria interessante esse lugar conter vestiários e possivelmente uma lanchonete.
- d) **Centro esportivo:** juntamente com o campo de futebol localizado ao fundo do terreno, em local mais reservado, foi levantado a ideia de fazer um centro esportivo, com quadras cobertas, um percurso agradável para caminhadas e corridas, a continuação da ciclovia principal, que pudesse ser utilizado por todos livremente. As mulheres destacaram que deveria haver uma quadra de vôlei – pois comentaram que atualmente têm poucas chances de usar a quadra, sempre ocupada pelos homens e pelo futebol.
- e) **Posto de saúde:** Importância de prever um equipamento de saúde que atenda as famílias reassentadas do Piquiá e do bairro vizinho Vila Novo Horizonte. Como diretriz de localização, poderá se situar no limite entre os dois bairros.
- f) **Caixa d'água sobre o morro:** em todos os grupos surgiu a ideia de localizar a caixa d'água principal do conjunto sobre o morro, aos fundos do terreno, como um marco ou símbolo.

Pôde-se perceber que havia consenso nas decisões tomadas pelos grupos em alguns pontos. A caixa d'água sobre o morro foi um desses pontos de consenso, já que em todos os grupos foi apontado que esse equipamento deveria ser locado na área mais alta do terreno, e funcionar como um símbolo do bairro, demonstrando que a comunidade já havia conversado coletivamente sobre o projeto coletivamente.

A partir da segunda parte dessa atividade, alguns outros equipamentos puderam ser levantados e assim tornar possível a leitura do que os moradores esperavam do projeto, viam como indispensáveis (Figura 09). Alguns outros equipamentos foram determinados para estarem presentes no projeto do bairro, conforme listados no relatório da Usina (2014):

a) Uma praça principal com área grande, sem quadra de esportes, arborizada e sem cruzamento de ônibus, com serviços como: correios, lotérica, farmácia, lanchonete, bares.

b) Igrejas (2 ou 3) próximas mas não na mesma praça

c) Praças menores: uma para escola de 1º grau + creche + parquinho

d) Área de lazer sob as mangueiras existentes

e) Calçada sem carros

f) Alguma espécie de moradia, albergue ou asilo, para os idosos

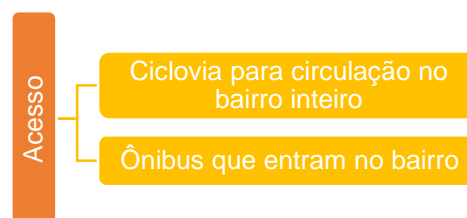
Em relação ao **acesso**: (Figura 10)

a) Os ônibus devem entrar no bairro.

b) É muito importante ter uma ciclovia que possa circular todo o bairro, já que grande parte dos moradores tem bicicleta e não tem carro.



**Figura 09** – Lista de equipamentos e serviços levantados para o projeto do reassentamento. Fonte: Autora

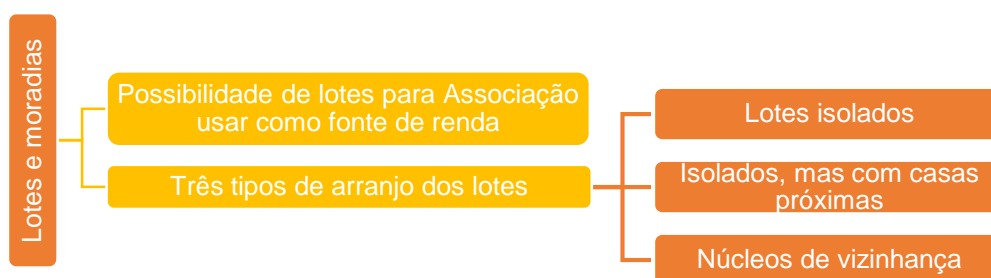


**Figura 10** – Relação do resultado acerca do acesso ao bairro. Fonte: Autora.



Em relação aos **lotes e moradias**, mencionaram: (Figura 11)

- a) Possibilidade de alguns lotes para a Associação utilizar e ter alguma fonte de renda.
- b) Três tipos de arranjos:
  - 1. Lotes isolados;
  - 2. Lotes isolados mas com as casas próximas;
  - 3. Núcleos de vizinhança com praça interna.



**Figura 11** – Esquema de possibilidades levantadas acerca dos lotes e moradias. Fonte: Autora.

Depois, prosseguiu-se a discussão espacializando esses equipamentos, serviços e diretrizes viárias.

Primeiramente, em cima da planta e com as curvas de nível (em escala 1:500), fomos distribuindo os papéis coloridos representando os equipamentos e serviços elencados. A praça maior imediatamente foi colocada no centro geográfico do terreno; ao redor dela, os comércios e serviços principais, e, próximas, mas não exatamente na praça, as duas igrejas. Cada um dos grupos espacializou os equipamentos no bairro e trouxe elementos para a discussão, sistematizadas posteriormente pelos arquitetos (USINA, 2014)

A Usina também se preocupou em levar a discussão além do campo das ideias e fazer com que os moradores do Piquiá de Baixo pensassem na disposição dos equipamentos e serviços que haviam levantado no terreno, com conformação de vias, o que possibilitou a visualização do desejo da comunidade ainda no momento da discussão. A importância dessa atividade é que, ao invés de os arquitetos simplesmente elaborarem um *plano de necessidades* e o projeto ser como a maior parte dos projetos de conjuntos de habitação de interesse social, as pessoas de fato fazem parte da concepção projetual, é a partir do resultado de todos os grupos, desde

o levantamento de necessidades, até a disposição dos equipamentos e serviços no terreno. (Figuras 12 e 13)



**Figura 12** – Atividade: Como é o bairro que desejamos? – Construindo o espaço que queremos 2. As duas imagens representam o resultado da segunda parte da atividade de discussão sobre o bairro, moradores do Piquiá de Baixo que explicam as propostas de seus grupos. Fonte: Acervo Usina.

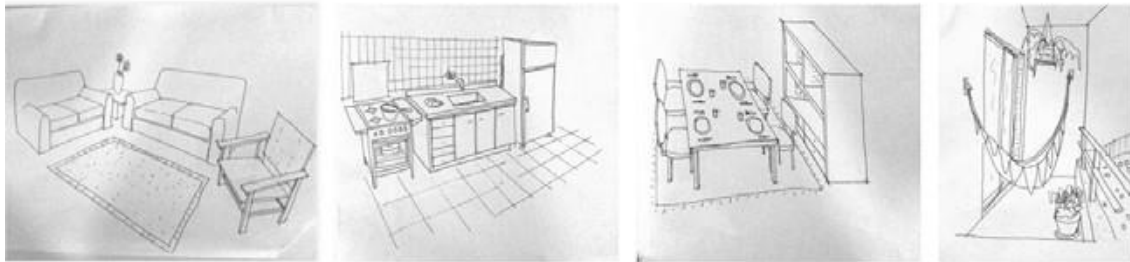


**Figura 13** – Resultado da primeira atividade desenvolvida com a comunidade do Piquiá de Baixo. Fonte: Acervo Usina.

**b) Atividade 2 – Os espaços da moradia:** A segunda atividade realizada com os moradores do Piquiá de Baixo foi direcionada à unidade habitacional. Dessa maneira, o que girou em torno do bairro anteriormente, na segunda atividade teve foco na casa. Assim como na primeira atividade, a atividade dois foi dividida em duas parte, a primeira mais para levantamento de demanda, necessidades, no campo mais das ideias. A segunda parte, mais prática, discutiu-se os espaços da casa, trabalhando dimensões.



**Primeira parte – Os espaços da moradia enfatizando as diferenças:** A primeira parte da atividade funcionou como uma dinâmica para a compreensão da relação social de cada grupo com a casa. Foram divididos 3 grupos de acordo com o sexo ou a faixa etária. Foram distribuídos para cada grupo cartões-imagens (Figura 14) como referência de ambientes da casa para que discutissem sobre cada um deles, a importância para os moradores, etc.



**Figura 14** – Exemplos de cartões-imagem usados na dinâmica. Fonte: Acervo Usina.

Após as discussões em grupo, foram levantados quais cômodos deveriam ter a casa e quais as características de cada ambiente, após a apresentação de cada grupo, o resultado da discussão coletiva, chegou-se ao consenso do que cada ambiente representava. (Tabela 01)

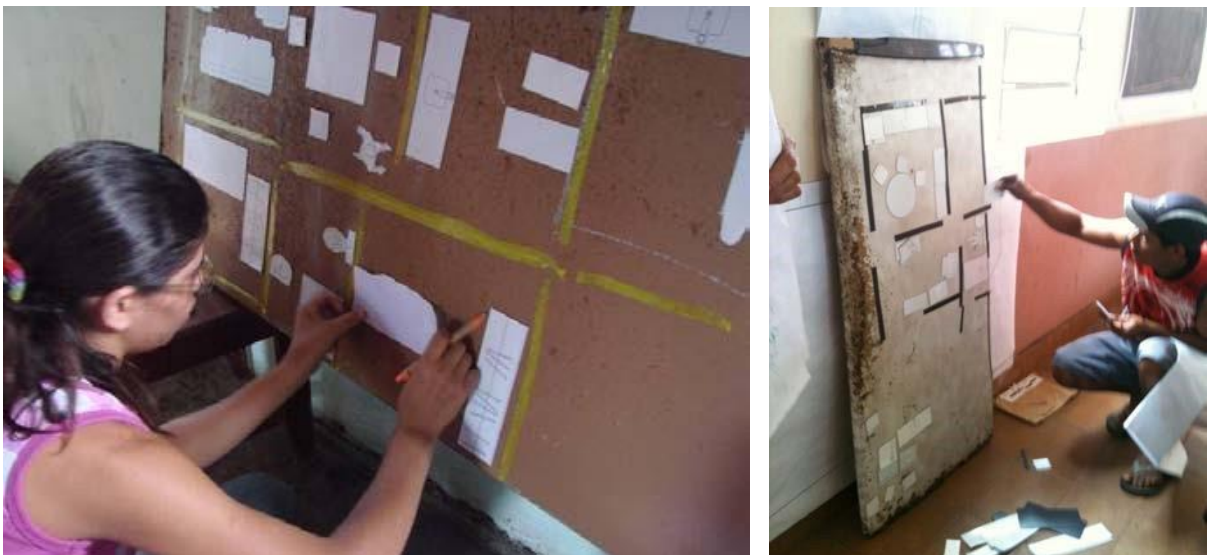
A importância desta dinâmica foi explorar as relações de cada grupo com o espaço da casa, enfatizando as diferenças de desejos e necessidades. Também teve como objetivo contrapor posições entre os grupos, sempre levando em consideração a assimetria de poder existente na sociedade, com a freqüente posição dominante dos homens adultos. (USINA, 2014)

| Tabela 01 – Ambientes das unidades habitacionais |  |
|--|--|
| Cômodo   | Descrição  |
| Sala   | Grande e na entrada da casa/ 2 sofás, ou 1 sofá de 3 lugares;  |
|  | Lugar de descanso/ receber amigos (sala de visitas);   |
|  | Usar computador/ ver televisão/ ouvir rádio;   |
|  | Estar próxima à copa e varanda.  |
| Copa   | Cômodo amplo, arejado e iluminado;   |
|  | Onde se fazem as refeições/ Espaço para uma mesa grande;   |
|  | Ligado à cozinha por um balcão/ possibilidade de fechar com parede.  |
| Cozinha  | O maior cômodo da casa/ Possuir pia com bancada ampla/ armários;   |
|  | Bem ventilada e iluminada/ vista para o exterior/ Ligada à lavanderia.   |
| Lavanderia ou terreiro                           | Lavanderia/ local para comer aos finais de semana/ possuir armário ou despensa para guardar utensílios de limpeza e outros equipamentos maiores: |
|  | Bem ventilada para secar as roupas/ possuir porta separando da cozinha;  |
|  | Pode ser junto à casa, ou ainda separada.  |
| Banheiro   | Suficiente para a família/ pia com bancada/ box/ vaso sanitário com caixa acoplada/ bem ventilado;   |
|  | Opção de pia fora do banheiro/ opção de banheiro externo à casa.   |
| Quarto casal                                     | Suficiente para cama de casal, dois criados mudos e armário;   |
|  | Possibilidade de colocar berço e cômoda.   |
| Quarto crianças                                  | Espaço para duas camas, armário, cômoda/ possibilidade de colocar beliche e escrivaninha para estudo:  |
|  | Pode ser maior que o dos adultos/ possibilidade de 3 dormitórios para famílias maiores   |
| Varanda  | Descanso, ver o movimentos da rua, conversar com vizinhos/ próximo à sala de visitas/ possibilidade de colocar redes, mesas, cadeiras e plantas. |

Fonte: Autora.

**Segunda parte – Organizando a planta da casa:** A segunda parte da atividade foi para que cada grupo pensasse e apresentasse uma proposta de organização da planta da casa. O método proposto para a atividade foi a utilização de desenhos de móveis em escala 1:10 colados em ímãs de geladeira. (Figura 15)

A ideia de trabalhar com os móveis (antes das paredes) permitiu que a casa fosse pensada a partir das questões, desejos e necessidades que aparecem no cotidiano vivido dos moradores. São temas geradores, que, de forma direta, dizem respeito aos problemas vivenciados pelas famílias. Assim, a partir desses temas geradores, se formaram as primeiras concepções, ainda parciais, de como deveria ser a casa. Os móveis em ímã possibilitaram uma interação intuitiva dos participantes, pela facilidade de colá-los e descola-los da base de metal. (USINA, 2014)



**Figura 15** – Atividade Os espaços da moradia – Organizando a planta da casa. A imagem retrata o momento da dinâmica de organização da planta da casa de acordo com a visão dos futuros moradores. Fonte: Acervo Usina.

De acordo com as plantas que foram montadas por cada grupo evidenciou-se algumas características comuns. Para as famílias, a varanda, por exemplo, é indispensável às famílias que participaram da atividade. Outro ponto notado é a relação da sala com a copa e a cozinha (USINA, 2014):

[...]verificamos alguns pontos recorrentes nas propostas, como a ideia do conjunto sala-copa-cozinha configurarem um único “vagão” ou pensar a copa-cozinha ligadas com possibilidade de separação entre elas por um balcão. A cozinha, em todas as propostas, apresentava tamanho suficiente para comportar uma mesa de trabalho, dando a ela um formato quadrado - e não linear, como a tradicional cozinha-corredor dos conjuntos habitacionais.

É esse tipo de constatação que faz com que seja notória a diferença entre os conjuntos habitacionais produzidos pelas empreiteiras, que mais parecem cópias prontas de todos os outros que são produzidos no país, e diferente disso, há uma preocupação evidente em fazer com que as necessidades e vontades daquelas pessoas estejam impressas no projeto.

Depois dos dois dias de discussão intensa com a comunidade do Piquiá de Baixo, os técnicos da Usina voltaram para São Paulo para a sistematização de tudo que foi coletado como dado para o projeto do novo bairro. As outras duas atividades que foram desenvolvidas com as famílias aconteceram um mês depois como apresentação do resultado, já sistematizado, das dinâmicas feitas no mês de novembro de 2012.

**c) Atividade 3 – Devolutiva dos tipos de casa:** A atividade consistiu na apresentação das tipologias habitacionais para cada grupo – as famílias divididas em grupos de aproximadamente 40 famílias. Cada unidade habitacional tem aproximadamente 65m<sup>2</sup> – contradizendo a lógica do mercado imobiliário, que produz HIS de áreas muito menores – e são elas: (Figura 16)

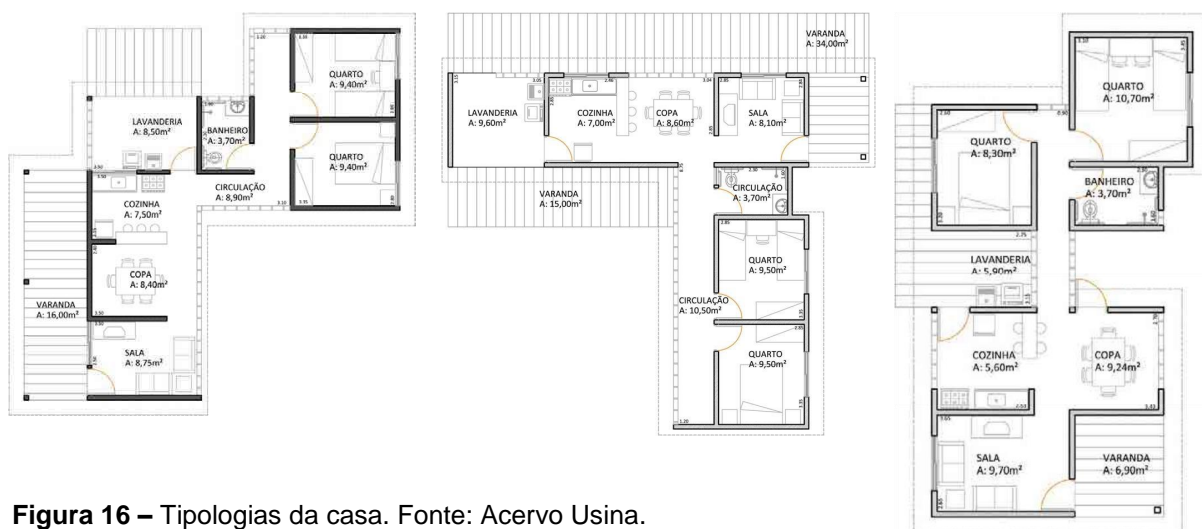


Figura 16 – Tipologias da casa. Fonte: Acervo Usina.

A intenção da atividade era apresentar as propostas de tipologia para cada grupo, permitindo que todos compreendessem cada tipologia apresentada.

A proposta era discutir os pontos positivos e negativos de cada modelo, através de perspectivas ilustrativas e plantas impressas em escala 1:20, que seriam mobiliadas pelos moradores, usando os mesmos blocos de mobiliário da primeira atividade (sofás, geladeira, camas, armários, mesas etc.). (USINA, 2014)

A atividade foi importante para que as famílias percebessem que as ideias levantadas nas atividades realizadas em novembro de fato tinham sido postas no projeto e que, além disso, elas poderiam avaliar o projeto desenvolvido pelos arquitetos e sugerir alterações, caso algo no projeto não agradasse aos futuros moradores.

Assim, alguns aspectos foram apontados, de acordo com o relatório da Usina sobre o processo e concepção projetual (2014):

1. Preferência pelas soluções em que os quartos do casal e das crianças não são contíguos (possivelmente devido ao fato de, hoje, poucas casas do Pequiá terem paredes que cheguem até o teto, criando espaços com pouca privacidade).
2. Todos mostraram-se satisfeitos com as soluções de paredes em cobogó (elementos vazados).
3. Todos fazem questão de balcões dividindo a cozinha e a sala de jantar, criticando as plantas nas quais não havia esse balcão;
4. Em relação às lavanderias, a maioria avalia que ela deveria ser contígua à casa.
5. As garagens e o estacionamento de automóvel não aparecem como questões prioritárias, mas espaços para jardins e hortas sim.
6. A necessidade de uma despensa/armário de alvenaria apareceu em alguns grupos, situado na cozinha ou lavanderia.

**d) Atividade 04 – Devolutiva do bairro e do agrupamento das casas:** A atividade foi dividida em dois momentos, e teve como proposta a apresentação do projeto urbano para os futuros moradores, para que pudessem discutir pontos pertinentes ao projeto urbano, como a aglomeração dos lotes por quadras, a locação de equipamentos no terreno, etc.

**Primeira parte – Arranjo dos lotes:** Teve como objetivo discutir a organização espacial dos lotes em quadras, esclarecer as diferenças entre o modelo proposto por

concepção coletiva e o modelo convencional (lotes “fundo com fundo”, muros e cercas, modelo que prioriza o carro). (Figuras 17 e 18)

Assim, a atividade desenvolveu-se em torno de uma mesa, com todos os integrantes do grupo sentados ao redor de uma planta das “quadras” (com os seus 26 lotes, pracinha local e as ruas do entorno) em escala 1:100. Os moradores receberam também “blocos” dos três modelos de casas, árvores, papéis e tesouras, para que outros elementos que aparecessem como necessários pudessem ser recortados. (USINA, 2014)

Os pontos levantados nesse momento da atividade, de acordo com Usina (2014) foram:

- a) A escolha da localização do lote, de acordo com o modo de vida de cada um (por exemplo: um morador que possui um bar imediatamente se identificou com um lote de esquina, de frente para a avenida, enquanto alguns pais e mães disseram preferir a tranquilidade dos lotes com frente para a pracinha e para a rua local, de forma a observar a brincadeira das crianças da janela de casa);
- b) A localização da casa no lote e a escolha da tipologia mais adequada para cada situação de lote (por exemplo: a casa 03 pareceu mais adequada para lotes de frente pequena; as casas 01 e 02, como adequadas para criar uma situação de quintal comum ampliado entre dois vizinhos que desejam a convivência próxima, ou ainda para lotes de esquina);
- c) As diferentes formas de ocupação e usos possíveis para os quintais de cada um (plantio de árvores, hortas, garagens, etc.);
- d) As possibilidades criadas pela ausência de muros ou outros tipos de barreiras (pois o arranjo apresentado colocava várias alternativas de uso comum do espaço privado, ampliando as suas possibilidades de uso – como, por exemplo, grandes hortas cultivadas por mais de uma família).



**Figura 17** – Arranjos dos lotes. A imagem retrata o momento da atividade que os futuros moradores discutiam a organização espacial dos lotes e casas no terreno. Fonte: Acervo Usina.



**Figura 18** – Discussão sobre a disposição dos lotes no terreno. Fonte: Acervo Usina.

**Segunda parte – Equipamentos públicos e urbanização:** Essa etapa da atividade teve como objetivo mostrar aos moradores do Piquiá, baseada na conformação de lotes discutida na segunda atividade (realizada em novembro), como ficaria a espacialização do bairro de acordo com as quadras, as praças, as vias, a locação dos equipamentos.



Primeiramente, retomamos os pontos colocados pelos próprios moradores em novembro (equipamentos, serviços e outros itens que não poderiam faltar no novo bairro), e em seguida dividimos os presentes em 02 grupos para uma atividade de re-conhecimento do projeto em cima das maquetes físicas por nós produzidas. Foram apresentados os elementos estruturantes do projeto urbano (relação com vizinhança, ruas e ciclovias, grandes praças reunindo os principais serviços e equipamentos e a situação das quadras nesse arranjo mais geral) e, ao longo da apresentação, questionando se o projeto atendia às expectativas e estava coerente com as discussões e propostas feitas anteriormente, pelos moradores. Todos se mostravam muito satisfeitos e apoderados do projeto. (USINA, 2014)



**Figura 19** – Maquete física do projeto do novo bairro. Fonte: Acervo Usina.

Desse modo, a partir do relato da Usina sobre o processo de concepção projetual de modo coletivo entre assessoria e futuros usuários, é possível identificar pontos fundamentais para afirmar que a participação da comunidade é considerada relevante, e não só relevante, é considerada fundamental e decisiva. Nada ilustra melhor a participação dos usuários que o resultado final desse processo, o projeto do novo bairro leva em conta o modo de organização social daquela comunidade, as relações sociais estabelecidas entre eles, os equipamentos e serviços apontados pelos futuros moradores como necessários, desde aqueles já presentes no antigo bairro quanto outros que também foram identificados como relevantes. Além do projeto ser a representação dos anseios daqueles que serão reassentados, ele demonstra a preocupação em não ser uma ocupação desconexa do entorno, tendo uma relação direta com o bairro vizinho.



### 4.2.3 Resultado: o projeto do novo bairro

O resultado desse processo é um projeto que representa os anseios dos moradores do Piquiá de Baixo, um projeto que apresenta aspectos urbanos completamente diferentes daqueles executados na maioria dos conjuntos de HIS executados no país.

Quanto à localização do novo bairro, o terreno está situado cerca de oito quilômetros de onde está situado o Piquiá de Baixo, fica mais próximo do centro da cidade de Açailândia. No entorno, a nova vizinhança será o bairro Vila Novo Horizonte.

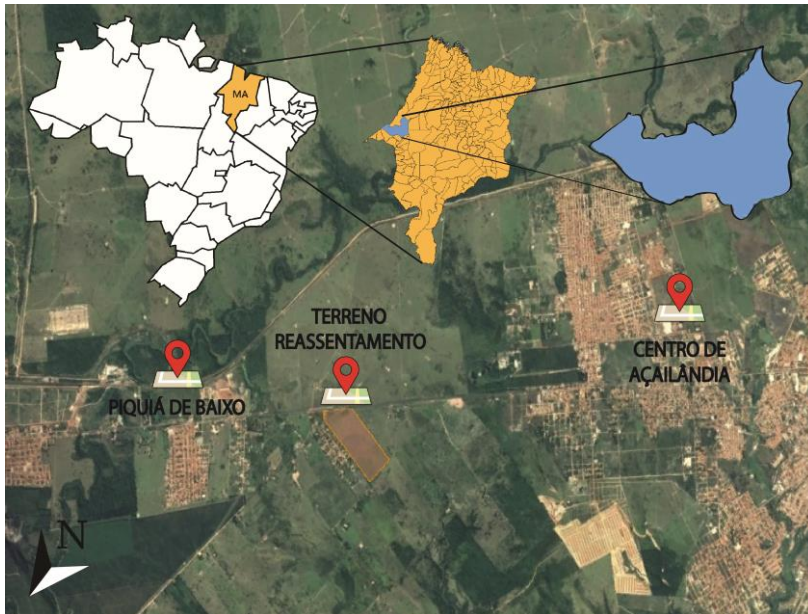
As preocupações com as relações de vizinhança já existentes entre os moradores, para dentro da casa, é levado em conta o modo como cada morador vive a casa, traduzindo isso em ambientes que condizem com as maneiras de usar a casa, o que resultou em três tipologias diferentes.

#### Informações técnicas e legais que embasaram o projeto:

| Tabela 02 – Informações legais de embasamento do projeto.            |  |
|--|--|
| Descrição  | Legislação   |
| Legislação federal de parcelamento do solo                           | Lei nº 6.766/99  |
| Legislação ambiental federal   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Código floresta – Lei federal 4.771/65</li> <li>• Resoluções CONAMA 302/02, 303/02, 369/06 e 412/2009</li> </ul>  |
| Lei municipal  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Diretor do Município e Lei Complementar nº 25/96</li> <li>• Lei Municipal nº 033/90, relativa ao Código de Obras</li> <li>• Lei Complementar nº 007, relativa a delimitação de ZEIS</li> <li>• Lei Municipal nº 223 e nº 269, Instrução Normativa 001/92, relativas à Política Municipal</li> </ul> |
| Legislação de acessibilidade universal                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos.</li> <li>• Caderno de desenho universal da CDHII</li> </ul>   |
| Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros                          |  |
| Decreto e instruções normativas do programa “Minha Casa. Minha Vida” |  |

Fonte: Relatório Usina, 2014.

### Área do novo bairro:



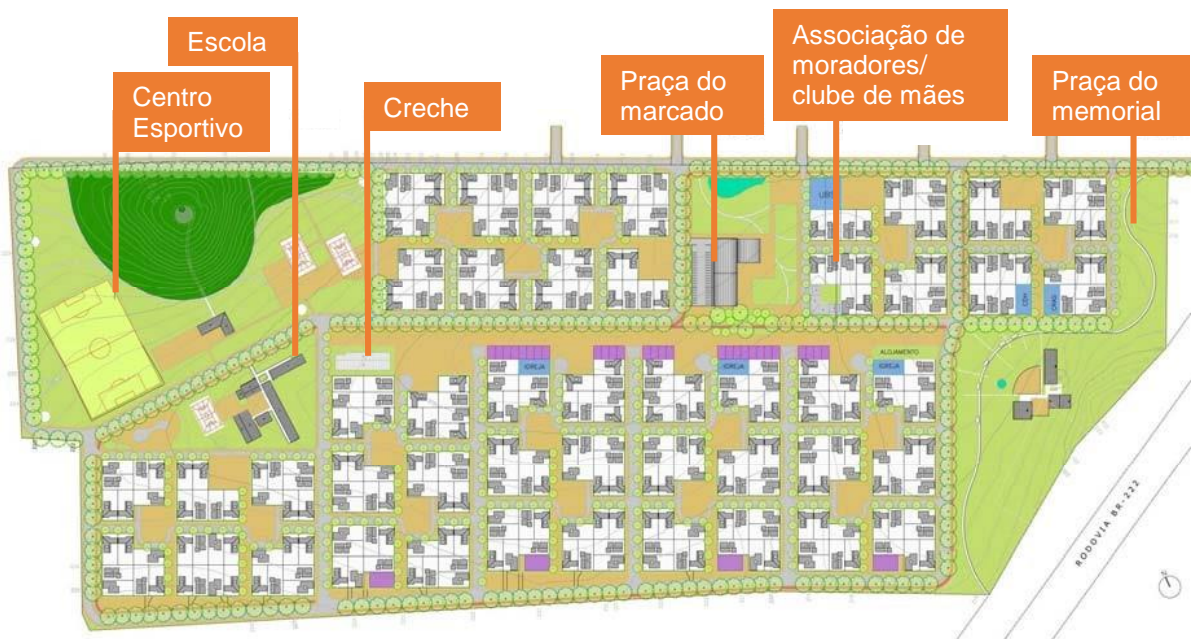
**Mapa 02** – Localização do terreno para o novo bairro. Fonte: Google Earth, modificações da autora.



**Mapa 03** – Terreno do novo bairro e bairro vizinho. Fonte: Google Earth, modificações da autora.

O terreno está localizado no Sítio São João, vizinho ao bairro Vila Novo Horizonte, às margens da BR-222, no quilômetro 08 da rodovia, aproximadamente 8 Km de distância de onde moram as famílias do Piquiá de Baixo (Mapas 02 e 03). O acesso ao terreno se dá através do bairro vizinho, ponto importante a ser considerado, já que o projeto do novo bairro leva em conta esse acesso e faz conexão viária com o bairro vizinho.

## Implantação: o desenho urbano



**Figura 20** – Implantação geral. Fonte: Acervo Usina. Modificações da autora.

Alguns aspectos foram norteadores no processo de concepção do desenho urbano para o novo bairro (Figura 20). A integração entre os bairros foi uma das preocupações a serem impressas no projeto – as vias do novo bairro são alinhadas às do bairro vizinho (Vila Novo Horizonte), permitindo a relação entre os bairros (Figura 21). Outro aspecto importante do projeto são as áreas verdes que são conectadas por ciclovias e avenidas. As ciclovias são um ponto de destaque, já que foi levantado nas atividades feitas com a comunidade para concepção do novo bairro que boa parte dos moradores fazia uso de bicicletas, elas foram consideradas fundamentais para a locomoção dentro do bairro, reduzindo a necessidade do uso do carro. Um outro aspecto acerca da mobilidade dentro do bairro, é importante destacar a importância dada ao pedestre, com calçadão no eixo central do bairro, que facilitam o deslocamento pedonal e o acesso aos equipamentos e serviços presentes no projeto. Quanto aos equipamentos, foram contemplados no projeto aqueles levantados com a comunidade: escola, creche, mercado (praça central), associação de moradores, clube de mães, UBS (Unidade Básica de Saúde), Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, centro esportivo e CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). O último ponto a ser



destacado diz respeito ao modelo de agrupamento dos lotes, que formam pequenas praças entre os agrupamentos (Figura 22). Além de praças, a organização dos lotes no território cria a possibilidade de uso coletivo dos quintais.



**Figura 21** – Acessos ao novo bairro. Fonte: Acervo Usina. Modificações da autora



**Figura 22** – Perspectiva do novo bairro. Fonte: Acervo Usina.

### A unidade habitacional:

As tipologias diferem entre si somente na disposição dos cômodos, ordenados de modo que possibilitasse diferentes implantações no lote. Todas as tipologias possuem áreas similares, os mesmos ambientes (Figura 23).

Além disso, algumas características são repetidas nas três tipologias: a relação da copa com a cozinha, divididas apenas por uma meia parede e bancada, integrando os dois cômodos; os banheiros possuem a mesma área nas três tipologias; a lavanderia possui acesso tanto pela cozinha, quanto pela área externa, e não configura um ambiente fechado, já que não há divisão com paredes entre área de serviço e área externa; quanto ao conforto térmico, todas as tipologias possuem áreas com



Figura 23 – Cômodos da casa. Fonte: Autora

vedação por elementos vazados, permitindo ventilação cruzada, tornando a casa mais arejada, agradável, além de permitir a entrada de luz natural; as três tipologias possuem varandas.

### Tipologia 1 (Figura 24):

Área construída: 66,30 m<sup>2</sup>/ Área útil: 57,00m<sup>2</sup>

Acesso principal pela sala, a varanda situa-se na extensão em que estão sala, copa e cozinha. A vedação por elementos vazados da sala, copa, cozinha e circulação que dá acesso aos quartos permite ventilação cruzada. Nessa tipologia, os dois quartos possuem a mesma área.

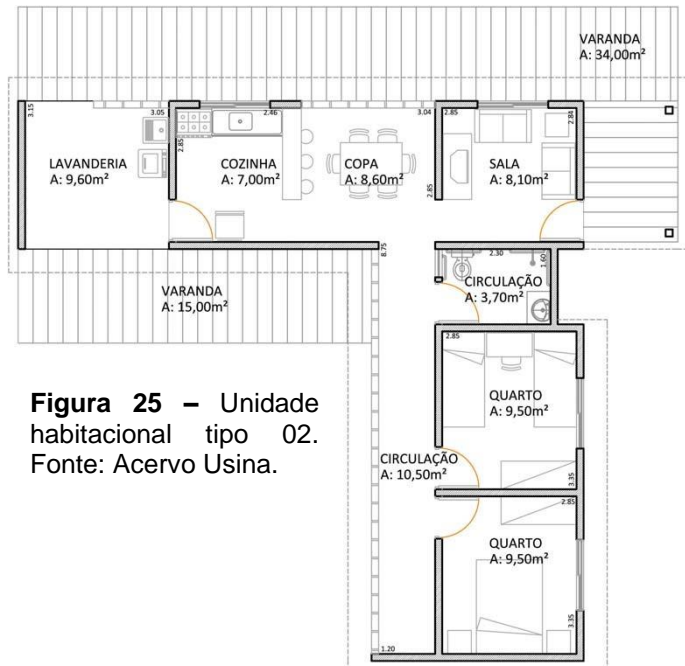


Figura 24 – Unidade habitacional tipo 01. Fonte: Acervo Usina.

### Tipologia 2 (Figura 25):

Área construída: 69,00 m<sup>2</sup>/ Área útil: 57,00 m<sup>2</sup>

O acesso principal da casa é pela sala. A varanda, ambiente pontuado como essencial, ocupa toda a extensão frontal da casa, se estendendo até a área posterior à lavanderia, que possui acesso tanto pela frente quanto pelos fundos da casa. A copa e a cozinha são ambientes A copa e a circulação



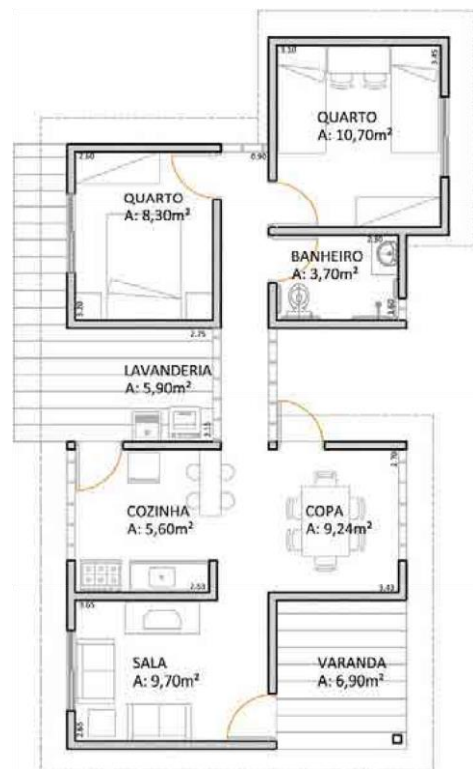
**Figura 25** – Unidade habitacional tipo 02. Fonte: Acervo Usina.

que dá acesso aos quartos e banheiro é vedada por elemento vazado (cobogós), proporcionando ventilação cruzada e a entrada de luz, além de contato visual com a área externa da casa. Os quartos possuem a mesma área.

### Tipologia 3 (Figura 26):

Área construída: 68,4 m<sup>2</sup>/ Área útil: 57,64m<sup>2</sup>

Além da diferença da disposição dos cômodos, como todas as tipologias apresentam, nesta tipologia, os quartos possuem áreas diferentes, diferente das outras duas, a sala, a copa e a cozinha não estão dispostas linearmente, além da varanda também não ser linear como nas outras duas tipologias. Esta é a que mais se difere das outras. As outras características, como paredes vazadas, a integração entre copa e cozinha, continuam presentes.



**Figura 26** – Unidade habitacional tipo 03. Fonte: Acervo Usina.

### **Situação atual:**

Após todo processo participativo, iniciou-se a luta para aprovação do projeto nos órgãos competentes. Em maio de 2013, o projeto foi apresentado, em audiências públicas, tanto em Açaíândia, quanto em São Luís.

Em janeiro de 2016, o projeto foi aprovado nos órgãos competentes e em setembro do mesmo ano, a Associação de Moradores do Piquiá de Baixo assinou o contrato do financiamento para execução do novo bairro com a Caixa Econômica Federal. A situação mais recente é que a assessoria técnica Usina está finalizando o projeto executivo, para ser entregue e aprovado pela CEF.

## **4.3 Mutirão 5 de Dezembro**

### **4.3.1 Histórico da comunidade e histórico de luta**

Cento e quarenta e quatro famílias dos loteamentos Jardim Natal, Jardim Miriam, Jardim Nazareth, Jardim Maneira, Jardim Belém e Vila Monte Sion, do município de Suzano, (dessas, 56 famílias dizem respeito ao mutirão Cinco de Dezembro, e 88 do mutirão Tânia Maria) região metropolitana de São Paulo, que viviam em péssimas condições habitacionais – aluguéis caros, áreas de risco, situação de encortiçamento, etc. – se uniram para a tentativa de conquistar recursos públicos para a construção de um conjunto habitacional, com qualidade, boa localização, executado em regime de autogestão.

Após iniciado o processo de luta ampliada, o Grupo do Jd. Natal, através da CEMOS (Central Pró-Moradia Suzanense) e da UMM, convidou a Usina CTAH para acompanhar as famílias e a Associação na elaboração do projeto, e o seu desenvolvimento junto ao poder público e a organização das famílias. (USINA, 2010)

A história desse grupo começou em 2009, quando as associações de moradores dos bairros Vila Monte Sion e Jardim Miriam e Adjacências, bairros vizinhos ao Jardim Natal (onde surgiu o Grupo de Moradia do Jd. Natal) se uniram para organizar as famílias em um movimento de luta pela casa própria e por melhores condições de habitabilidade.

No ano de 2009, as associações de moradores conquistaram a cessão de uso de dois terrenos no município de Suzano, ambos próximos de onde a maioria daquelas pessoas moravam.

Estão envolvidos no processo a CEMOS, as associações de moradores dos bairros Vila Monte Sion e Jd. Miriam e Adjacências, a UMM e, posteriormente, a assessoria técnica Usina-CTAH contratada para elaboração e execução dos projetos.

Em maio de 2010 iniciou-se o processo de discussão do projeto arquitetônico entre as famílias e a Usina. Através da metodologia adotada pela Usina, com base na participação das famílias, possibilitou a apropriação de procedimentos e conhecimentos inerentes aos arquitetos e urbanistas, em uma discussão sobre o direito à moradia e à cidade. Assim, iniciou-se o processo de concepção projetual de forma participativa com os futuros usuários para que o projeto pudesse ser submetido ao financiamento público pelo programa federal MCMV, mas que a gestão dos recursos e da obra fosse feita pelos moradores – em regime de autogestão.

Em 05 de dezembro de 2010 as famílias, por intermédio da Associação, obtiveram a conquista do ato de Concessão das Áreas do Jardim Nazareth e Vila Monte Sion para fins de produção de Habitação de Interesse Social (HIS). Neste evento, estiveram presentes o Prefeito de Suzano o Sr. Marcelo de Souza Candido, e outras autoridades locais. A partir deste momento, se materializava as condições concretas de desenvolvimento do projeto habitacional entre agentes distintos, com contribuições específicas para a realização não só do projeto, mas da necessidade de moradia das famílias participantes em conjunto com a consolidação da comunidade. E para lembrar a conquista deste dia, o Grupo do Jd. Natal batizou com o nome de Cinco de Dezembro o mutirão a ser realizado no Jd. Nazareth, enquanto que o mutirão da Vila Monte Sion foi batizado de Tânia Maria em homenagem a uma militante guerrilha da UMM que faleceu no parto. (USINA, 2010)

#### **4.3.2 O processo participativo**

A assessoria técnica Usina pretende, a partir do processo participativo com as famílias em Suzano e do projeto desenvolvido, não apenas a construção de espaços habitáveis para aquelas pessoas, mas também contribuir para um modo diferente de construir a cidade, mesmo que experiências como essa (autogestionárias) sejam minoritárias, em um universo em que reinam as empreiteiras e os conjuntos “clones” replicados em todo país e as relações de trabalho são altamente conservadoras.



Assim, alguns aspectos buscados no projeto são pontuados pela Usina (2010) em seu relatório de apresentação do estudo preliminar, que são eles:

- a) Integração de usos múltiplos complementares à moradia;
- b) Integração do empreendimento ao tecido urbano do entorno;
- c) Garantia da participação no projeto, com a definição das suas características por meio da interação entre assessoria técnica e população beneficiária;
- d) Utilização de terras públicas ou desapropriadas pelo Estado, com a manutenção da condição fundiária estatal e cessão de uso coletiva, o que evita a fragmentação, privatização e individualização de lotes;
- e) Utilização de tecnologias sustentáveis, com redução do uso de concreto e aço, preferência para cerâmica e materiais locais;
- f) Realização da obra por autogestão, com os trabalhadores no controle do processo de planejamento, compras e contratações;
- g) Compreender o mutirão como espaço de trabalho coletivo, político e festivo, que deve ocorrer nos momentos em que a obra exige grandes frentes de mobilização de esforços (como nas fundações, algumas concretagens e coberturas);
- h) Indicar desse modo uma outra forma de construir as cidades e seus territórios, de organizar os trabalhadores de forma integrada e sustentada, em oposição aos grandes conjuntos habitacionais feitos pelo Estado e por construtoras.

Dessa maneira, os conjuntos, que serão construídos em áreas com ocupação consolidada na cidade não se fecharão, proporcionando a integração com o entorno. Fugindo à regra de construção dos conjuntos de HIS executados pelas empreiteiras, os dois conjuntos representarão o diferente modo de produzir as cidade defendido pela Usina, tanto no processo de construção, quanto no resultado final. Com a integração de usos complementares há a garantia de equipamentos urbanos e serviços sendo oferecidos próximos à moradia dos usuários, além de garantir a integração do novo conjunto com o entorno. Mais do que aspectos arquitetônicos, o modo de produção que o grupo optou põe em cheque as relações de trabalho, questionando o papel do técnico como autoridade máxima, questionando as relações de trabalho, a qualidade do trabalho, provando que o trabalhador pode ter controle do processo produtivo; questões que podem repercutir na vida fora do canteiro de obras.

O método utilizado no processo participativo para elaboração do projeto arquitetônico foi a aplicação de atividades e dinâmicas com os agentes, para que se chegasse a um resultado do consenso de ideias para o projeto dos conjuntos residenciais. Para a concepção coletiva do projeto, foram realizadas quatro assembleias:

- 1º) Sensibilização e construção de repertório político e visual
- 2º) Relações sociais e usos nos espaços da moradia
- 3º) Organizando a planta do apartamento
- 4º) Pensando os espaços coletivos e de geração de renda

Na **primeira** assembleia, foram explicitadas as diferenças entre projetos executados por empreiteiras e construtoras e projetos autogeridos pelos futuros usuários, enquanto este produz moradia de qualidade, sempre buscando a inserção no tecido urbano, a proximidade com equipamentos e serviços públicos. Já os conjuntos produzidos pelas empreiteiras apresentam baixa qualidade construtiva e de materiais, segregados do tecido urbano, devido à busca pelo máximo de lucro, estes acabam sendo executados em áreas muitas vezes com pouco ou nenhuma infraestrutura, oferta de serviços e equipamentos urbanos. Depois de evidenciar essas diferenças, os futuros usuários reafirmaram a opção de autogestão da obra.

Num segundo momento, houve a realização de uma dinâmica que tinha como objetivo extrair comentários positivos e negativos acerca dos diferentes modos de ocupação urbana apresentados em cartões-imagem aos grupos.

**Tabela 03 – Relação de comentários positivos e negativos.**

| Comentários positivos   | Comentários negativos  |
|---|--|
| <p>Os conjuntos habitacionais tradicionais foram duramente criticados pela monotonia, falta de praças, por não parecerem moradia e sim um “presídio”; Os edifícios com cores muito espalhafatosas foram rejeitados; A maioria dos projetos sem áreas verdes não foram bem recebidos; Os idosos criticaram projetos com escada em demasia; Foram criticados os edifícios habitacionais que, segundo a comunidade, não tinham “cara de habitação”, mais pareciam instituições públicas, como escolas e hospitais. A maioria desses projetos é modernista, linear e com amplos panos de vidro.</p> | <ul style="list-style-type: none"><li>• A maioria dos projetos que agradou as famílias tinha destacadamente áreas verdes e praças;</li><li>• Foram bem recebidas as ruas de pedestres, rodeadas de jardins, onde não passem carros e as crianças possam brincar;</li><li>• Os edifícios com varandas e terraços foram muito bem avaliados;</li><li>• As famílias demonstraram que o tijolo aparente é o material mais desejado, que promove espaços mais “humanizados”;</li><li>• A maioria das famílias tinha preferência por casas, mas gostaram</li></ul> |

Fonte: Relatório Usina, 2014. Modificações da autora

A **segunda** assembleia, sobre as relações sociais e usos no espaço da moradia objetivava a compreensão da relação de cada grupo de pessoas – jovens, idosos, homens adultos e mulheres adultas – com a casa, levando em conta como cada grupo desses percebe e vivencia a casa e cada cômodo dela (Figura 27). Foram utilizados cartões-imagens que representavam ambientes distintos da habitação para que fossem determinadas as percepções e as necessidades dos grupos separadamente e posteriormente determinar as características de cada cômodo em consenso entre os quatro grupos (Figura 28).

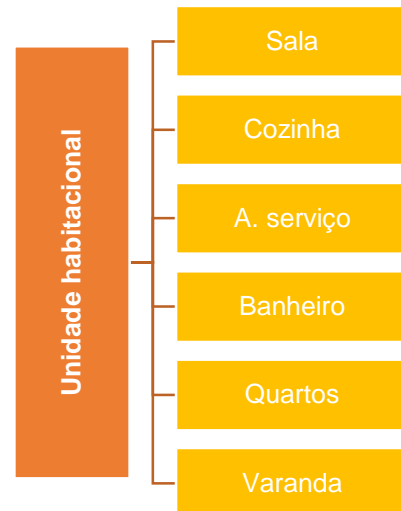


**Figura 27 –** Relações sociais e usos nos espaços da moradia. Grupo de jovens à esquerda e grupo de homens adultos à direita

Definiu-se que:

a) Sala:

- Deve ser grande / 2 sofás, ou pelo menos 1 sofá de 3 lugares;
- Lugar para descansar / receber amigos;
- Usar computador / ver televisão / ouvir rádio;
- Estar próxima da cozinha para juntar lazer e trabalho.



**Figura 28** – Cômodos da casa – mutirão 5 de dezembro.

b) Cozinha:

- Deve ser o maior cômodo da casa;
- Passam a maior parte do dia na cozinha: fazem as refeições na cozinha, crianças estudam, família recebe os amigos;
- Pia com bancada ampla, muitos armários, ventilado, iluminado e com vista para o exterior.

a) Área de serviço:

- Deve ter espaço para tanque, máquina de lavar, tanquinho, tábua de passar; roupa e armário para guardar utensílios de limpeza;
- Bem ventilada para secar as roupas / possuir porta separando da cozinha.

c) Banheiro:

- Precisa ter espaço suficiente para a família, não ser grande;
- Pia com bancada / box / vaso sanitário com caixa acoplada / bem ventilado;
- Em votação acabou rejeitada a pia do lado de fora do banheiro.

d) Quarto casal:

- Espaço suficiente para cama de casal, dois criados mudos, armário;
- Possibilidade para colocar um berço e uma cômoda.

e) Quarto das crianças:

- Espaço para duas camas, armário, cômoda o possibilidade de colocar beliche e escrivaninha para estudo;
- O quarto das crianças pode ser maior que o dos adultos;
- Possibilidade de apartamentos de 3 dormitórios para as maiores famílias o em votação foi aprovado apartamentos de 3 dormitórios para famílias com 3 ou mais crianças.

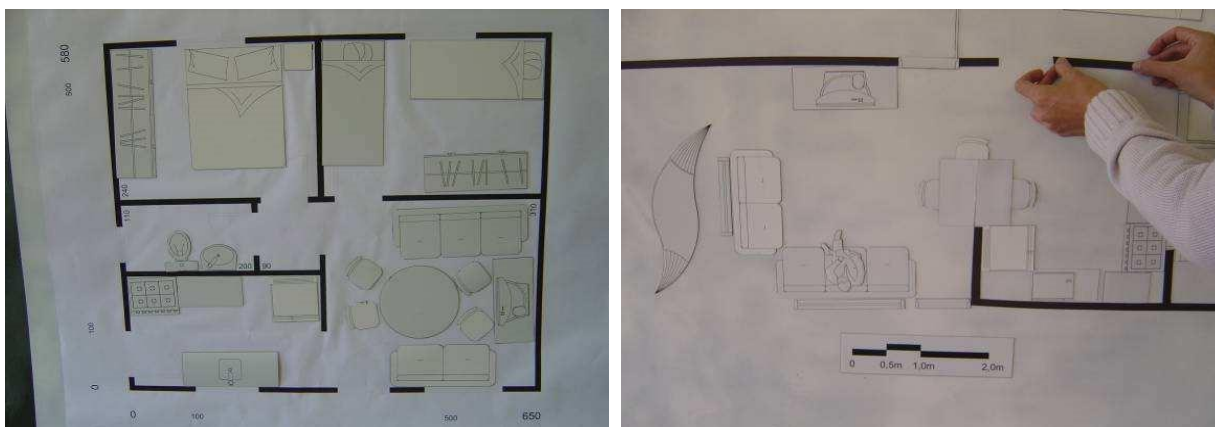
f) Varanda:

- Extensão da área de lazer da casa / quintal o possibilidade de colocar redes, mesas e cadeiras, plantas;
- Em votação aprovou-se que as varandas estariam apenas nos apartamentos de 2 dormitórios, para compensar a área construída menor que o de 3 dormitórios.

Após a votação para decisão da conformação e importância de cada cômodo da casa, na **terceira** assembleia foi realizada a atividade de organização coletiva da planta da casa (Figura 29). Com móveis em pequena escala colados em imãs e superfície metálica, os grupos tinham que pensar a unidade habitacional de acordo com as necessidades levantadas pelo grupo na segunda assembleia.

Antes de iniciar o trabalho sobre a planta do apartamento, foi realizado um exercício com as famílias, em que se colocou, sobre a base de metal, a planta mínima sugerida pela Caixa Econômica Federal para as construtoras no programa “Minha Casa Minha Vida”. O exercício consistia em mobiliar, com os móveis necessários, a planta de 33 e 37 m<sup>2</sup> de área útil. (USINA, 2010)

O exercício serviu para que as famílias percebessem que a área dos apartamentos construídos pelas empreiteiras de fato não cabiam as necessidades levantadas por eles. Assim, depois de “encaixarem” os móveis dentro da área mínima da unidade habitacional apresentada, iniciou-se a dinâmica de pensar a forma das unidades habitacionais do zero, seguindo a lista de cômodos levantada pelos futuros moradores e baseando-se nas dimensões dos móveis da casa.



**Figura 29** – Construção das unidades habitacionais. À esquerda, demonstração das dimensões do apartamentos produzidos no mercado e à direita a construção pelos futuros moradores da unidade habitacional. Fonte: Acervo Usina.

A **quarta** assembleia teve início com a apresentação das ideias de unidade habitacional obtidas na assembleia anterior, para que se tivesse um panorama do que foi pensado e para não fechar um modelo final. Depois de discussão sobre alguns pontos levantados, teve início a atividade do dia, que consistia em pensar os espaços coletivos, equipamentos urbanos e geração de renda. As famílias foram divididas em quatro grupos para que a discussão fosse mais interativa. O resultado da atividade foi o levantamento dos espaços coletivos considerados fundamentais às famílias, tanto para geração de renda dos próprios moradores do conjunto, quanto a oferta de equipamentos inexistentes no bairro e que serão aberto ao uso de todos os moradores do bairro, garantindo a interação entre o novo conjunto e o entorno já consolidado.



**Figura 30** – Equipamentos e serviços – mutirão 5 de dezembro. Fonte: Autora.

Cada um dos equipamentos e serviços elegidos pelas famílias foi descrito por quais razões e funções de cada, como seriam implantados no conjunto, quais os benefícios de cada um, tanto para os novos moradores quanto os antigos moradores do bairro. A **quinta** assembleia aconteceu em torno dos resultados obtidos a partir das atividades realizadas nas duas últimas assembleias, e posteriormente são apresentadas às famílias as três tipologias finais dos apartamentos, que prezam os aspectos arquitetônicos listados pelos futuros usuários (Figura 31).



**Figura 31** – Apresentação das propostas finais de unidade habitacional. Fonte: Acervo Usina.

A **sexta** assembleia realizada foram apresentadas as maquetes eletrônica e física dos dois conjuntos para as famílias – o mutirão 5 de dezembro, em estudo, e o mutirão Tânia Maria, que tiveram concepção projetual juntos, mas o processo foi dividido quando o 5 de dezembro obteve aprovação para a execução da obra e o Tânia Maria ainda está na luta pela aprovação do projeto nos órgãos competentes (Figura 32).



**Figura 32** – Apresentação das maquetes dos conjuntos habitacionais em Suzano, SP. Fonte: Acervo Usina.

## O projeto

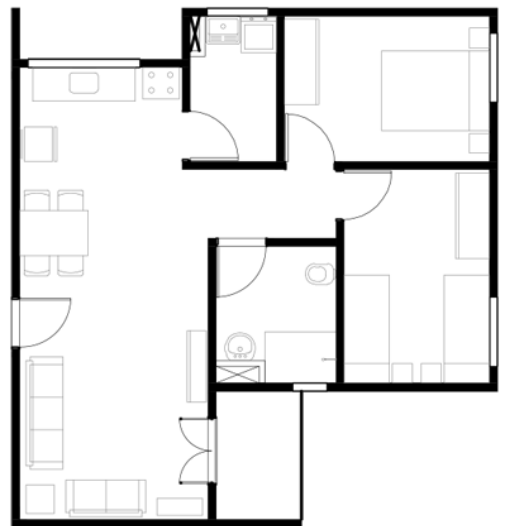
Ao fim do processo participativo, obteve-se como resultado três tipologias diferentes de unidades habitacionais. Foram elaboradas duas tipologias com dois quartos, sala, cozinha, área de serviço, varanda, e um banheiro; a terceira tipologia foi projetada diferente das outras duas por possuir três quartos.

### Tipologia 01 (Figura 33):

Área construída: 67 m<sup>2</sup>/ Área útil: 59 m<sup>2</sup>

Esta tipologia apresenta entrada pela sala, que é integrada à cozinha. Da sala, tem-se acesso à varanda e da cozinha, à área de serviço. Possui dois dormitórios e um banheiro próximo a eles.

**Figura 33** – Tipologia 01 – Mutirão Cinco de Dezembro. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 20 jan. 2017.



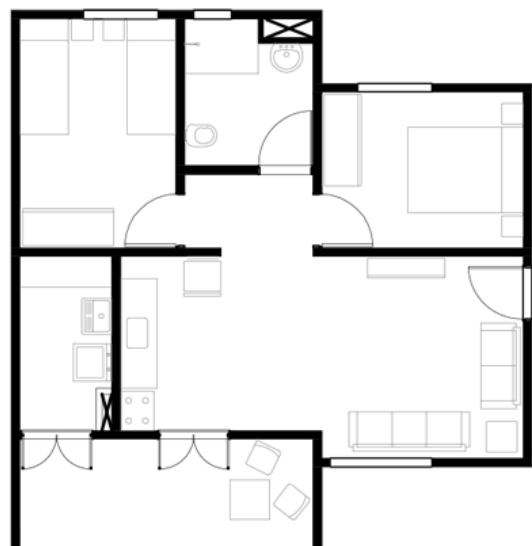
0 1 5 10m  
tipologia 01

### Tipologia 02 (Figura 34):

Área construída: 67 m<sup>2</sup>/ Área útil: 59 m<sup>2</sup>

Possui entrada também pela sala, que é integrada à cozinha, como na tipologia 01. Da cozinha, tem-se acesso a uma varanda-quintal, que conseqüentemente dá acesso à área de serviço. Possui dois dormitórios e um banheiro entre os dois.

**Figura 34** – Tipologia 02 – Mutirão Cinco de Dezembro. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 20 jan. 2017.



0 1 5 10m  
tipologia 02

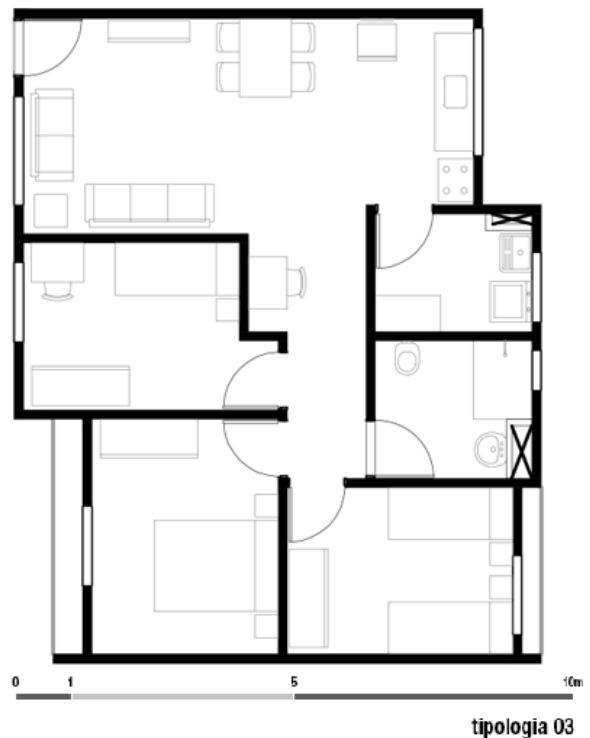


**Tipologia 03 (Figura 35):**

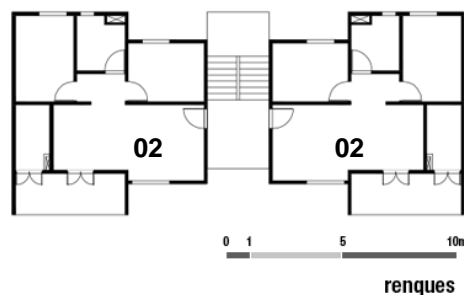
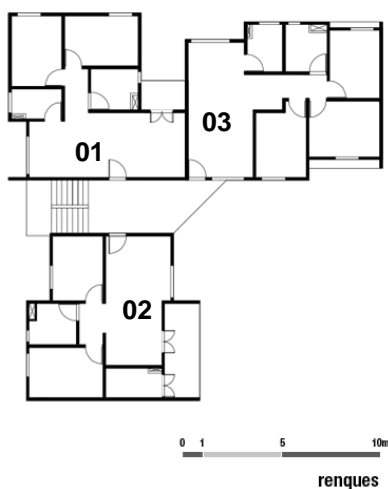
Área construída: 76 m<sup>2</sup>/ Área útil: 63 m<sup>2</sup>

A entrada do apartamento pela sala. A cozinha é integrada à sala, como nas outras duas tipologias. Nessa tipologia, a maior diferença é que possui três dormitórios, sendo o maior o que possui a floreira. A área de serviço tem acesso pela cozinha e um banheiro que serve ao apartamento inteiro. Como compensação à quantidade de quartos, essa tipologia não apresenta varanda.

**Figura 35** – Tipologia 03 – Mutirão Cinco de Dezembro. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 20 jan. 2017.



O projeto apresenta dois arranjos diferentes para os blocos de apartamentos (Figura 36). Um deles forma o conjunto de três apartamentos, com uma unidade habitacional de cada tipologia; e o bloco duplo, composto apenas pela tipologia 02, espelhados e com a escada centralizada entre os dois apartamentos.

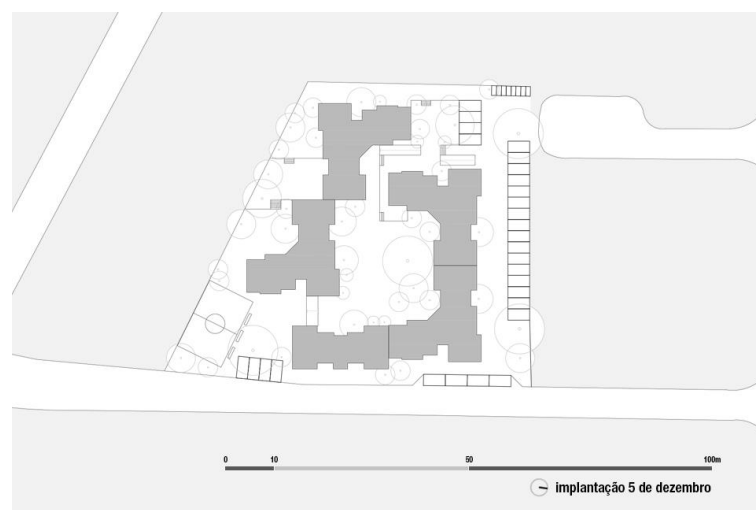


**Figura 36** – Bloco triplo. Mutirão 5 de Dezembro. **Figura 37** –Bloco duplo espelhado –  
Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 20 jan. 2017. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 20 jan. 2017.



**Mapa 04** – Localização do terreno do mutirão Cinco de dezembro. Fonte: Google Earth, modificações da autora.

O conjunto do mutirão Cinco de Dezembro é composto por cinco torres, as quais apresentam térreo de uso misto, diferenciando-se do comum, que são térreos de uso residencial, concretizando os pontos colocados pelos futuros moradores que fossem oferecidos serviços e proporcionassem a geração de renda, quando próximos ao corredor viário, e de uso comunitário para os próprios moradores do conjunto, como áreas de lazer para crianças, salão de festas, dentre outros. Assim, as coberturas dos prédios, ao invés de ficarem ociosas, se tornaram área de uso coletivo, alguns com áreas verdes, alguns com terraços (Figuras 37 e 38).



**Figura 38** – Implantação – Mutirão Cinco de Dezembro. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 20 jan. 2017.



**Figura 39** – Maquete eletrônica – Mutirão Cinco de Dezembro. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 20 jan. 2017.

### 4.3.3 O canteiro de obras

Antes de falar sobre os trabalhos no canteiro de obras, é importante discorrer sobre o processo de formação da pré-coordenação de obras, que também foi assessorado pela Usina. Trata-se do processo que antecede a obra e tem como objetivo principal preparação de pessoas envolvidas no processo que possam assumir as coordenações no momento em que a obra for iniciada.

Esta preparação é feita objetivando a compreensão das etapas e atividades a serem desenvolvidas ao longo da execução do conjunto. O planejamento, liberações de recursos, compras de materiais, gestão da execução da obra e as medições feitas pelos órgãos fiscalizadores.

O trabalho de formação teve início ainda no ano de 2011, no mês de abril e se estenderam até o mês de julho. Durante o processo, uma das principais questões levantadas era a importância de cada grupo de trabalho durante o período da obra e a importância dos coordenadores na condução do trabalho. Para compreensão do

trabalho de cada grupo, foi buscada a identificação pelos futuros moradores que participaram deste processo de formação da pré-coordenação das atividades que acontecem no mutirão e quem são os responsáveis por cada uma dessas atividades.

Estes grupos são:

- a) Atenção às crianças (ciranda)
- b) Cozinha
- c) Almojarifado
- d) Compras
- e) Segurança no trabalho
- f) Planejamento de canteiro e mutirão

A coordenação de obra é composta pelos coordenadores dos sete grupos mencionados, um trabalho feito da parceria entre associação de moradores e assessoria técnica.

O processo de negociação entre Associação de Moradores e Prefeitura para a aprovação do financiamento junto à CEF pelo Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Entidades durou cerca de quatro anos, desde o início da organização da comunidade até a aprovação no ano de 2013. A Usina, que prestou assessoria na elaboração do projeto dos dois conjuntos, também acompanhou e deu apoio nos processos burocráticos necessários à aprovação, e está acompanhando a execução da obra, que ainda está em andamento.

### **O primeiro mutirão**

O primeiro mutirão aconteceu no dia 21 de dezembro de 2014 e foi referente à limpeza do terreno (Figuras 39, 40 e 41). Buscou-se resgatar as prerrogativas da autogestão e a viabilização e experimentação de uma forma de organização com o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores mutirantes. (USINA, 2015)

Para que as atividades que deveriam ser feitas fossem finalizadas ao fim do dia, os mutirantes decidiram se dividir em brigadas de trabalho para que agilizasse os trabalhos. Estas brigadas eras:

- a) Limpeza: grupo responsável pela limpeza do terreno;

- b) Ciranda: grupo responsável por cuidar das crianças, filhos dos mutirantes, durante o dia de trabalho;
- c) Apoio: grupo responsável por distribuir água e comida aos mutirantes.

Toda a atividade de mutirão esteve organizada em torno da capinagem e da limpeza do mato que se encontravam no terreno. Os grupos que ficaram responsáveis pelas tarefas se dividiram entre a retirada do capim existente; o transporte da sujeira para área dedicada; provisão de água e alimentação para as demais equipes de trabalho; e ciranda – responsável pelas crianças presentes. Desde a manhã até a tarde, os grupos se revezaram entre esses trabalhos, procurando equalizar o tempo e o desgaste para não sobrecarregar nenhum dos presentes. (USINA, 2015)

As atividades tiveram início às sete e meia da manhã e para que se tivesse melhor aproveitamento do tempo e ao mesmo tempo o objetivo do mutirão fosse cumprido, foi dividido em três momentos distintos: a mística no início da manhã, a capinagem e limpeza do terreno – principal atividade deste mutirão – e o encerramento das atividades.



**Figuras 40** – Mística do início do dia. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 21 jan. 2017.



**Figuras 41** – Limpeza do terreno. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 21 jan. 2017.





**Figuras 42** – Mutirantes e assessoria ao final do trabalho. Fonte: Site Usina-CTAH, acesso em 21 jan. 2017.

### **Andamento da obra**

Apesar do primeiro mutirão ter acontecido no mês de dezembro de 2014, as atividades no canteiro de obras iniciaram de fato apenas no fim do mês de abril de 2015, quando os trabalhadores contratados começaram o trabalho durante a semana.

No período entre abril de 2015 e fevereiro de 2016, período em que a obra ainda não havia parado as atividades durante a semana, o trabalho se dava da seguinte forma: como a primeira etapa da obra é referente à execução de grandes serviços, como terraplanagem, fundações, etc., o trabalho dos mutirantes aos finais de semana funcionava mais como adiantamento de atividades que agilizassem o início dos trabalhos da semana, ou a manutenção do canteiro de obras. Durante o processo, do que foi feito no canteiro de obras, os mutirantes foram responsáveis pelo cercamento do terreno, a construção do barracão da obra, escavação de valas – de acordo com Lazarini (depoimento oral), uma das arquitetas responsáveis pela obra, avaliou-se posteriormente que em alguns momentos teria sido melhor que o trabalho tivesse sido realizado de forma mecânica, por ser um trabalho muito desgastante para os mutirantes, porém existia um problema nas finanças da obra desde o início –, além da manutenção constante do canteiro.

Durante a semana, momento em que a obra de fato avançava, as atividades eram feitas por trabalhadores contratados, ou empresas contratadas, dependendo do tipo de serviço que precisasse ser feito (Figuras 42 e 43). No tempo que a obra estava em funcionamento, foram feitos: terraplanagem, fundação profunda e fundação rasa,

embasamento e a instalação das escadas. Como todas essas atividades são especializadas, e ainda não se tinha chegado a uma etapa construtiva mais repetitiva (por exemplo, a construção das paredes), o trabalho com os mutirantes era bastante restrito (Figura 44).



**Figuras 43** –Trabalhadores contratados para a obra. Fonte: Acervo de Lenka Kužvartová.



**Figuras 44** – Instalação das escadas metálicas. Fonte: Acervo de Lenka Kužvartová.



**Figuras 45** – Mutirantes no canteiro de obras. Fonte: Acervo de Lenka Kužvartová.

O quadro dos trabalhos na obra era da seguinte maneira:

**Tabela 04** – Relação do trabalho no mutirão Cinco de Dezembro.

| Durante a semana  | Mutirões ao final de semana  | Trabalhadores contratados  |
|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Trabalhadores ou empresas contratadas para execução de serviços especializados.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Aos finais de semana, ocorriam mutirões com membros das famílias para manutenção do canteiro de obras e execução de pequenos serviços.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Foram contratados três pessoas para coordenar a obra, sendo todos futuros moradores do conjunto (almozarifado, compras e financeiro);</li><li>• Um mestre de obras e dois ajudantes.</li><li>• Trabalhadores contratados</li></ul> |

Fonte: Relatório Usina, 2011.

No mês de fevereiro de 2016 as atividades que aconteciam durante a semana na obra precisaram ser paralisadas devido aos problemas financeiros. O desequilíbrio financeiro do contrato, que é uma realidade desde o início dos trabalhos no canteiro de obras, devido à defasagem do orçamento, que foi aprovado em 2011 e a obra só teve início de fato em 2014, acarretou a paralisação parcial dos trabalhos no canteiro de obras, e partir deste período, todo o trabalho que foi feito refere-se ao trabalho dos mutirantes

De acordo com a publicação no canal digital do mutirão, administrados pela Associação de Moradores do Jd. Mirian e Adjacências e pela assessoria técnica Usina-CTAH, publicada em março de 2016, a exemplo do disparate nas finanças da obra em relação ao orçamento aprovado, as escadas metálicas foram orçadas em R\$ 230.750,00, mas quando a obra começou as escadas custaram R\$ 250.722,50. A diferença de vinte mil reais não foi paga pela CEF. Um exemplo de como a diferença dos preços de mercado dos materiais e serviços, que sofreram alterações desde 2011 até 2015, foram responsáveis por um endividamento gradual, o que fez com que o trabalho contratado nos dias de semana precisasse ser cortado.

O número de representantes das famílias nos mutirões, que já era baixo, comparado ao que de fato deveria ser presente nos mutirões, diminuiu ainda mais com a



paralisação das atividades da obra durante a semana, acarretando ainda mais atrasos e diminuído o rendimento dos trabalhos realizados.

De 56 famílias que serão moradores do conjunto, houve mutirões em que apenas 9 mutirantes estavam presentes, isto é um reflexo tanto da paralisação da obra quando da descrença e desesperança de algumas famílias na finalização desse processo. Em alguns casos, a desistência para tentativa de outro apartamento, através do processo de sorteios realizado pela Caixa Econômica para conjuntos já finalizados, aqueles produzidos pelas empreiteiras, é consequência de todo o desgaste durante o processo autogestionário.



**Figura 46** – Mutirão de novembro de 2016. A imagem evidencia a diminuição de mutirantes nos dias de mutirão. Fonte: Acervo da autora.





**CONCLUSÃO**

## 5 CONCLUSÃO

### 5.1 O processo participativo na arquitetura

A participação de todos os agentes no processo de concepção projetual é determinante para o resultado final do projeto, principalmente quando se trata de projetos habitacionais. Apesar de parecer se tratar de uma prática não comum, a verdade é que a arquitetura feita para a população que tem condições de pagar pelos serviços de um arquiteto raramente será feita sem a participação do “cliente” em todas as etapas do processo, desde o conceito do projeto até as escolhas dos materiais utilizados na construção. A participação que se trata neste trabalho refere-se à participação da população mais pobre, que normalmente não tem acesso ao trabalho de um arquiteto, que não tem acesso à habitação através do mercado imobiliário, que muitas vezes vive em condições precárias, em áreas de risco, ou pagam aluguéis desproporcionais à qualidade da casa que habitam. Nestes casos, em que o Estado deve garantir a qualidade habitacional, através de programas e políticas públicas, a participação dos usuários é vetada pelo sistema de produção habitacional praticado no país pelas grandes construtoras.

O primeiro grande problema dos processos participativos atualmente em curso no Brasil é o fato dos mesmos não influenciarem as questões centrais do processo produtivo. A participação é marginal, destinada a questões como a alocação de recursos para obras ditas sociais e projetos habitacionais que nem de longe atacam o problema do déficit habitacional brasileiro. Projetos considerados centrais ainda são concebidos por um pequeno grupo que detém o poder institucional e toma as decisões à revelia de um amplo processo de discussão junto à sociedade. (SOUZA, 2007 p. 154)

Quando se trata de habitação de interesse social subsidiada pelo Estado, produzida por empreiteiras, a palavra de ordem é lucro. Lucro garantido devido à baixíssima qualidade dos conjuntos e casas construídos, à busca pelos terrenos mais baratos da cidade, que normalmente estão situados a quilômetros de distância dos centros urbanos, em locais com pouca ou nenhuma oferta de serviços, transporte público, algumas vezes sem infraestrutura básica. Não se foge à regra, se há segregação espacial e social nas favelas, é comum que essa lógica se repita e que essas pessoas

sejam “contempladas” com casas que as tirem dos centros das cidades, dos bairros que já possuam serviços e equipamentos públicos, etc.

Dentro deste cenário, a participação da comunidade é muitas vezes negligenciada e quando não o é, se faz em casos excepcionais. Nem mesmo os programas de habitação garantem que os futuros usuários tenham poder de decisão na produção arquitetônica de conjuntos residenciais, a não ser em casos em que grupos organizados, através da autogestão da obra. Mas até mesmo nestes casos, o processo participativo para elaboração projetual não é levada em consideração já que, para que o grupo consiga o financiamento público para construção de habitação, o projeto arquitetônico já deve ser apresentado pela entidade organizadora, excluindo o processo de discussão do projeto.

## **5.2 A produção de habitação autogerida no Brasil**

A elaboração do projeto em processo participativo não implica dizer que o mesmo será executado em regime autogestionário. Já a autogestão na produção habitacional deixa implícita a participação de todos os agente em cada etapa, seja no projeto, na gestão da obra, na gestão dos recursos financeiros, e até mesmo na construção propriamente dita. No Brasil, há relação estreita entre a habitação produzida em autogestão e os movimentos urbanos de luta à moradia.

A autoconstrução representa o modo de construção da maior parte das habitações no país – a autoconstrução sem projeto arquitetônico, sem acompanhamento técnico, muitas vezes por meio de mutirões feitos aos finais de semana, regados a churrasco e cerveja, entre amigos, familiares e vizinhos –, o que resultou em cidades com crescimento desordenado, na má qualidade habitacional da maior parte da população urbana do país. A prática autogestionária no Brasil surge quase que espontaneamente quando os movimentos sociais ainda não tinham uma visão política da autoconstrução. No primeiro momento, insatisfeitos com a qualidade da habitação de interesse social produzida pelo Estado, os grupos organizados se mobilizavam para conquistarem o direito de construir a própria casa financiada pelo Estado, ao invés de apenas ocuparem uma que já tivesse construída.



A autogestão, enquanto prática política e modelo de gestão dos recursos financeiros, de obra, etc., se torna a principal exigência dos movimentos sociais de luta por moradia. Mesmo com algumas conquistas significativas, como a implementação de programa de habitação que atenda às exigências dos movimentos em autogerir as obras, a produção autogestionária no país é pouco significativa se comparada ao déficit habitacional ou ao déficit de qualidade habitacional das cidades brasileiras. Apesar da dicotomia entre os índices de déficit de habitação e a produção em autogestão no país, existem exemplos gloriosos de conjuntos residenciais construídos em regime autogestionário no Brasil.

É imprescindível mencionar a importância da atuação de assessorias técnicas no processo de autogestão da produção de moradia. De início, precisa-se elucidar a relação entre os primeiros casos de conjuntos residenciais construídos em autogestão, o surgimento de programas estaduais e municipais que possibilitavam a autogestão, e o surgimento de um número expressivo de assessorias técnicas. Essa relação entre os futuros usuários e assessoria resulta, além das habitações de qualidade, que atendem às necessidades dos usuários, de maiores dimensões que aquelas produzidas pelas empreiteiras. O trabalho desenvolvido entre assessorias técnicas e a comunidade pode resultar em mudanças na vida social daquelas pessoas, desde as relações de trabalho praticadas pelo sistema capitalista, que podem passar a ser questionáveis para aquele grupo, as relações sociais, a relação com a cidade, até a relação com a política, fazendo com que aquele grupo tenha consciência do poder e da força que podem ter se mobilizados e organizados, e que podem e devem reclamar seus direitos.

### **5.3 A experiência da assessoria técnica Usina**

A Usina atua a mais de 25 anos assessorando grupos organizados no processo autogestionário, desde a concepção projetual até o acompanhamento da execução das obras, seja por mutirão ou por trabalho contratado. Ao longo desses anos, pôde experimentar os mais variados métodos participativos, métodos construtivos, sempre procurando reduzir os custos da obra, mas sem comprometer a qualidade construtiva,

prezando sempre pela segurança no trabalho e priorizando o protagonismo dos futuros usuários no processo. A Usina já pôde trabalhar com diferentes movimentos sociais e grupos organizados que proporcionaram um repertório projetual e de métodos de trabalho tanto no canteiro de obras quanto nos momentos de discussão.

A atuação da ONG não se limita a projetos de habitação de interesse social, pois já assessorou a reurbanização de favelas, a elaboração de planos urbanos, dentre outros projetos.

Com a análise dos dados levantados e da experiência de acompanhar o trabalho da ONG de perto, foi possível observar que a autogestão não é uma prática vivenciada somente nos projetos feitos pela Usina, ela é exercitada pelos associados à Usina, que acreditam que não é possível fazer autogestão no canteiro de obras se não forem autogestionários dentro do próprio ambiente de trabalho. Esse pensamento faz com que eles pratiquem os princípios da autogestão no dia-a-dia, o que facilita o trabalho fora do ambiente do escritório. Este modo de organização e das relações de trabalho vivenciadas pelos associados reflete na relação que se tem com as pessoas que são assessoradas por eles.

Embora os dois projetos avaliados ainda estejam em andamento, pôde-se notar algumas características do trabalho da Usina, principalmente na elaboração projetual em processo participativo. Apesar de se tratarem de grupos com repertórios completamente diferentes, foram aplicadas as mesmas dinâmicas e atividades para que fosse possível envolver os futuros moradores para a discussão do projeto, e apesar de ter sido utilizado o mesmo método, nota-se de imediato que todo processo é de fato sobre construir moradia de acordo com as necessidades de cada grupo, o contexto social, histórico e espacial, sobre dar autonomia às pessoas para decidirem como irão morar, como será a casa, o conjunto, a relação com o entorno. Ao analisar os dois projetos, são evidentes as diferenças projetuais, fator que reafirma o objetivo de fazer com que a participação de todos os agentes no processo de fato aconteça. Outro fator que evidencia a prática autogestionária é a relação entre os técnicos e mutirantes e a tentativa de quebra de hierarquia dentro do canteiro de obras com os trabalhadores contratados, que estavam acostumados a lidar com a figura autoritária que dá ordens e determina o que cada um deve fazer. Em entrevista concedida à

autora, dois arquitetos da Usina explicitam isso, tratando especificamente do caso do mutirão Cinco de Dezembro:

O mais complicado não era (a relação) com os mutirantes. Era bem mais complicada (a relação) com os trabalhadores contratados no canteiro, porque eles já estão acostumados a uma hierarquia mais pautada. Por exemplo, a gente não usava o capacete branco no começo, e aquilo era um problema porque eles ficavam incomodadíssimos que eles não sabia quem estava lá para mandar.” (Entrevista concedida à autora por Gabriel Delduque, 2016)

Durante a semana eles (os trabalhadores contratados) reproduziam tudo que eles viam no mercado, a hierarquia era uma coisa que eles solicitavam e que a gente tentava meio, *não, mas a gente tá aqui para construir juntos*, e não. E eles reproduziam o machismo, por exemplo, comigo era muito difícil durante a semana, e no fim de semana não, as famílias respeitavam a gente igual, eu, o Gabriel e o Flávio, não tinha diferença (os outros dois arquitetos responsáveis técnicos pela execução da obra do mutirão Cinco de Dezembro). (Entrevista concedida à autora por Kaya Lazarini, 2016)

A relação entre técnicos e mutirantes é um reflexo do processo autogestionário, e ainda mais, é reflexo do retrato dos mutirões autogeridos no Brasil, em que a maior parte da força de trabalho nos mutirões é de mulheres, que são chefes de família ou que percebem ao longo do processo a força que têm.

No que diz respeito à qualidade das habitações, os projetos analisados demonstram de início diferenças evidentes entre os projetos executados pelas empreiteiras e aqueles elaborados por técnicos e comunidade coletivamente. Desde a área das unidades habitacionais até a relação com o entorno, a urbanização dos projetos, a preocupação de inserção dos novos conjuntos no tecido urbano.



**REFERÊNCIAS**



## REFERÊNCIAS

- ACONTECEU D'EU SONHÁ. Direção: Gabriela Nunes e Sabrina Duran. São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://www.usina-ctah.org.br/blog/aconteceu-deu-sonhar-documentario> > Acesso em 20 jan. 2017.
- ALMEIDA, Desni Lopes. Os trilhos do desenvolvimento no Maranhão. Conflitos e contrastes: O caso de Piquiá de Baixo, Açailândia/Maranhão. São Luís: UFMA, 2012. Dissertação de mestrado.
- ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões, São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARNSTEI, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Porto Alegre: Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, 2002.
- ARQUITETURA COMO PRÁTICA POLÍTICA. Direção: Gabriela Nunes e Sabrina Duran. São Paulo: Usina, 2015.
- BARAVELLI, José Eduardo. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. São Paulo: FAUUSP, 2006. Dissertação de Mestrado
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. DOBRY, Sylvia Adriana. Arquitetura participativa na visão de Giancarlo di Carlo. São Paulo: FAUUSP, 2002.
- BASTOS, Clarissa Maria Valgas e. A participação do usuário o processo de projeto de habitação de interesse social em sistemas autogestionários. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2007. Dissertação de Mestrado.
- BERTHIER, René. Concepções anarco-sindicalistas da autogestão. *In* Autogestão e Anarquismo. São Paulo: Ed. Imaginário, 2005.
- BONDUKI, Nabil. Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia, Rio de Janeiro: Ed. Fase, 1992.
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria, São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Minha Casa Minha Vida: Entidades, recursos FDS.
- CAPACETES COLORIDOS. Direção: Paula Constante. São Paulo: 2007. Disponível em: < <http://www.usina-ctah.org.br/videos.html> > Acesso em 03 jan. 2017
- CONTI, Alfio. A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.
- DE ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes. Autogestão: da idéia às práticas. Rio de Janeiro: Ver. Adm. Empr, 1983.
- DE SOUZA, Leandro Aguiar. A participação do futuro morador em projetos habitacionais de baixa renda: estudos de caso. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2007. Dissertação de Mestrado.

DRAGO, Felipe. Autogestão na produção habitacional: Programa Crédito Solidário, entre a institucionalização e o confronto político. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Tese de Doutorado.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. São Paulo: Projeto, 1979.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular: no planejamento e ao organização da educação nacional. Brasília: Conae, 2014.

HIRAO, Flávio Higuchi. LAZARINI, Kaya. ARANTES, Pedro Fiori. Metodologia de projeto arquitetônico em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo. São Paulo: Usina – CTAH, 2010.

JUSTIÇA NOS TRILHO. Piquiá de Baixo. Disponível em <<http://www.piquiadebaixo.justicanostrilhos.org/>> Acesso em 20 jan. 2017.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano da metrópole. São Paulo: Cad. Metrópole, v. 14, n. 28, 2012.

KLECHEN, Cleiton F. BARRETO, Raquel de O. DE PAULA, Ana Paula P. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2010.

KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel, 1990.

KUŽVARTOVÁ, Lenka: depoimento [nov. 2016]. Entrevistadora: C. Machado. CAU-UEMA. Entrevista concedida ao Trabalho Final de Graduação da autora.

LANA, Sibelle Meyer. O arquiteto e o processo de projeto participativo: o caso RSV. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura UFMG. 2007. Dissertação de Mestrado.

LAZARINI, Kaya. DELDUQUE, Gabriel: depoimento [nov. 2016]. Entrevistadora: C. Machado. CAU-UEMA. Entrevista concedida ao Trabalho Final de Graduação da autora.

LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira. O direito que nasce da luta: do movimento nacional pela reforma urbana à moradia como direito fundamental no Maranhão. São Luís: UFMA. 2005.

LOPES, João Marcos de Almeida: depoimento [dez. 2016]. Entrevistadora: C. Machado. CAU-UEMA. Entrevista concedida ao Trabalho Final de Graduação da autora.

\_\_\_\_\_. O anão caolho. São Paulo: Novos Estudos 76, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política. São Paulo: IAU-USP, 2011.

MALARD, Maria Lucia. BALTAZAR, Ana Paula S. PONTES, Mateus M. Autogestão habitacional e gestão de projetos: conflitos e compatibilidades. Belo Horizonte.

MINEIRO, Edilson. RODRIGUES, E. DRAGO, F. MELLO, F. NAIME, J. WARTCHOW, J. LAGO, L. FERREIRA, R. Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles. 2012.

MIRANDA, Camila M. CASTILHO, Neuza A. N. CARDOSO, Vanessa C. C. Movimentos sociais e participação popular: luta pela conquista dos direitos sociais. Uberlândia: Revista da Católica, v. 1, n. 1, 2009.

MOREIRA, Fernanda Acioly. O lugar da autogestão no governo Lula. São Paulo: FAUUSP, 2009. Dissertação de Mestrado.

NUNES, Débora. Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades. Salvador: Ed. Quarteto, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. São Paulo: Novos Estudos 76, 2006.

OLIVEIRA, Sandro Barbosa de. Repensando a (re)produção social do espaço: a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara do MSR na redefinição urbana. Guarulhos: Unifesp, 2013. Dissertação de Mestrado.

RIZEK, Cibele S. BARROS, Joana. BERGAMIM, Marta de A. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: Construindo algumas questões. Recife: R. B. Estudos Urbanos e Regionais, 2003.

ROSSI, Angela Maria Gabriell. Gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. In: I Conferência Latino-americana de Construção Sustentável X Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2004, São Paulo.

SILVA, Jéssica Moreira Mariquito Naime. Os interesses em torno da Política de Habitação Social no Brasil: a autogestão no Programa Crédito Solidário. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009. Dissertação de Mestrado.

TAUILE, José R. DEBACO, Eduardo S. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. Porto Alegre: Indic. Econ. FEE, 2004.

TONE, BEATRIZ B. LIMA, C. REZENDE, H. PERCASSI, J. ARANTES, P. PINHEIRO, R. OLIVEIRA, S. Mutirão Paulo Freire: movimento popular, arquitetura e pedagogia de práxis. São Paulo: Usina-CTAH <[www.usina-ctah.org.br](http://www.usina-ctah.org.br)>, acesso em 17 ago. 2016.

USINA. Apresentação. Disponível em: < <http://www.usinactah.org.br> > Acesso em 08 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Habitação com autogestão no município de Suzano. Apresentação do estudo preliminar. São Paulo: 2010

\_\_\_\_\_. Mutirão 5 de dezembro: blog dos mutirantes autogestionados 5 de dezembro – Suzano. Acesso em 22 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Plano de Trabalho Técnico Social. Mutirão Cinco de Dezembro. São Paulo: 2010

\_\_\_\_\_. Reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo. Disponível em: < <http://www.usina-ctah.org.br/reassentamentopiquia.html> > Acesso em 20 já. 2017

\_\_\_\_\_. Reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo. Disponível em:  
< <http://www.usina-ctah.org.br/piquia.html> > Acesso em 20 já. 2017

\_\_\_\_\_. Reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo. Disponível em:  
< <http://www.usina-ctah.org.br/taniamariae5dedezembro.html>> Acesso em 21 já. 2017

\_\_\_\_\_. Reassentamento da comunidade do Piquiá de Baixo. Apresentação das atividades. São Paulo: 2010

\_\_\_\_\_. Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

VENANCIO, Luísa Carvalho. Da participação à autonomia: o papel social da arquitetura. Brasília: UNB. 2011. Ensaio teórico.

WERNECK, Nisia Maria Duarte. TORO, José Bernardo. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasil: UNICEF, 1996.

## **ENTREVISTAS**

**Gabriel Delduque** – São Paulo, 08 de novembro de 2016.

**João Marcos de Almeida Lopes** – São Luís, 14 de dezembro de 2016.

**Kaya Lazarini** – São Paulo, 08 de novembro de 2016.

**Lenka Kužvartová** – São Paulo, 08 de novembro de 2016.